



Anais da Assembléia

Nº 157

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 13 DE NOVEMBRO DE 1995

ANO XXI

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º - Secretário - PFL

EDGARD BUENO
3º Secretário - PSDB

JOÃO TECHI
4º Secretário - PPR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT	Deputado VALDIR LUIZ ROSSONI
PMDB.....	Deputado CAÍTO QUINTANA
PFL	Deputado ÉLIO RUSCH
PT	Deputado ÂNGELO VANHONI
PP	Deputado SÉRGIO SPADA
PPR	Deputado CÉSAR SELEME
PSC	Deputado JOCELITO CANTO
PTB	Deputado NELSON JUSTUS
PSDB	Deputado CEZAR SILVESTRI

Representação Partidária

PMDB - 12: Orlando Resutti - José D. Mattos do Amaral - Cleiton Kielse - Nereu A. de Moura - Renato G. Adur - Ricardo Chab - Caíto Quintana - José Maria Ferreira - Celso Samis da Silva - Toti Colaço - José Tavares S. Neto - Luiz Cláudio Romanelli; PP - 10: Albanor J. F. Gomes - Duffio Genari - Irondi Pegliesi - Geraldo Cartário Ribeiro - Antonio Annibelli - Sérgio Spada - Augustinho Zucchi - Joel G. Coimbra - Neivo Beraldin - Edson Silva Lino; PDT - 10: Algaci Tulio - Antonio Belinati - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz R. Accorsi Motta - Edno Guimarães - Valdir Rossoni - Milton J. Pupio - Nelson Tureck - Walmor Trentini; PTB - 06: Luiz Carlos Alborghetti - Marcos Alves - Anibal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Hermas Brandão; PFL - 06: Carlos Simões - Nelson Garcia - Remy Borsato - Élio Lino Rusch - Plauto Miró Guimarães - Basílio Zanusso; PT - 05: Emerson Nerone - Irineu Mário Colombo - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - Péricles H. Mello - Angelo Vanhoni; PSDB - 03: Edgar Bueno - Beto Richa - Cezar Silvestri; PPR - 02: João T. Filho - César A. Seleme; PSC - 01: Jocelito Canto.

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA
ATA DA 114ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 13 DE NOVEMBRO DE 1995.**

(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Neivo Beraldin, secretariada pelos Senhores Deputados José Tavares e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgard Bueno, Tetchy Filho, Albano Gomes, Algaci Túlio, Ângelo Vanhoni, Antonio Balinati, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Irineu Colombo, Ironi Pugliesi, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocelito Canto, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Marquinhos Alves, Milton Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles de Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (46). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Luiz Carlos Zuk, Antonio Annibelli, Caíto Quintana, Edno Guimarães, Emerson Nerone, Luiz Accorsi, Sâmis da Silva e Sérgio Spada (08).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Está em votação a Ata que acaba de ser lida. **Aprovada.**

O SR. CARLOS SIMÕES (Pela Ordem) - Senhor Presidente, solicito verificação de votação da Ata.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - A Mesa defere e procederá à verificação de votação.

O DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, requeiro chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - A Mesa defere e procederá à chamada nominal dos Senhores Deputados.

(É procedida a chamada nominal dos Senhores Deputados)

26 Senhores Deputados responderam a chamada.

Em votação a Ata. **Aprovada.**

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Ofício:

Curitiba, em 13.11.95.

Senhor Presidente.

O Deputado Carlos Simões, vem respeitosamente, através deste, à presença de Vossa Excelência, para REQUERER se digne abonar as faltas à sessão ordinária do dia 14 de novembro, do corrente ano, e/ou extraordinária do mesmo dia, tendo em vista estar tratando de assuntos de interesse do Estado do Paraná e outra unidade da Federação.

Sala das Sessões, em 13.11.95.

(a) CARLOS SIMÕES

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 3384

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final aos projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 13.11.95.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO N° 3397

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas funções e atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a realização de Sessão Solene, no dia 29/11/95, às 16h30min, alusiva aos 300 anos de Zumbi dos Palmares.

Sala das Sessões, em 13.11.95.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

A história começou quando Brás da Rocha atacou Palmares em 1655, e carregou, entre os escravos adultos, um recém-nascido. Brás o entregou, como determinado em contrato, ao chefe de uma coluna, e este decidiu fazer um presente ao vigário de Porto Calvo, cidade que ficava próximo à antiga capital de Pernambuco. O Padre achou que devia chamá-lo Francisco.

Francisco era inteligentíssimo. Estu-

dou latim e português. Numa noite em 1670, ao completar 15 anos fugiu para Palmares. Se chamava, agora, Zumbi.

Quando Zumbi voltou, Palmares era formada de dezenas de povoados cobrindo mais de seis mil quilômetros quadrados e com trinta mil habitantes. Ganga Zumba reinava sobre todos eles.

Zumbi por possuir instrução, corpo vigoroso e uma inteligência rápida, aos 17 anos se torna chefe do povoado, próximo de Ganga Zumba. Assim surge Zumbi dos Palmares. Local procurado por negros escravos, índios e brancos pobres que fugiam da violência dos portugueses. E, novembro de 1688, contratado pelo governo colonial para acabar com Palmares, chega ao Recife o bandeirante Domingos Jorge Velho.

Em 1691, Domingos Jorge Velho atacou pela primeira vez o quilombo de Zumbi e, depois de ser derrotado em diversos ataques, mandou buscar reforço em Recife. Apenas assim pode derrubar as muralhas palmarianas e penetrar no quilombo. Zumbi juntou os comandantes e oficiais e após vencer dezenas de batalhas foi derrotado pelos portugueses que invadiram Palmares.

Com poucos homens voltou à guerrilha. Um dos grupos ficou sob a chefia de Antonio Soares que, emboscado e torturado delatou e esconderijo de Zumbi - foi assassinado e degolado na Serra dos Dois Irmãos em 1695.

Este é o pequeno trecho da história, que se pretende resgatar, nestas comemorações dos 300 anos de Zumbi dos Palmares.

Finalmente:

a) que dia 20 do corrente estaremos comemorando o Dia Nacional da Consciência Negra;

b) a história de pessoas como Zumbi, que procurava fugir da escravidão em busca da liberdade, não pode ser esquecida e neste momento deve ser lembrada;

c) a Assembléia Legislativa é o foro ideal para o debate para manter-se acesa a chama da liberdade no coração dos brasileiros.

d) propõe, ainda, o Deputado que assina este documento, que sejam convidados os consulados e embaixadas dos países interessados em participar das comemorações; entidades; grupos étnicos e sociedades para serem envolvidas na programação de comemorações que deverão ser realizadas de 20 a 30 do corrente.

REQUERIMENTO N° 3403

Senhor Presidente.

A Comissão Especial designada pela Assembléia Legislativa para investigar os episódios de violência ocorridos no despejo dos agricultores sem-terra no Município de Santa Isabel do Ivaí, constituída suprapartidariamente pelos Deputados: Ângelo

Vanhoni, Basílio Zanusso, Luiz Claudio Romanelli, José Maria Ferreira, Walmor Trentini e acompanhada pelo Deputado Irineu Colombo relata suas principais constatações:

A Fazenda Saudade, onde ocorreu o conflito entre a Polícia Militar e os trabalhadores rurais sem-terra, tem área de 1022 hectares e foi vistoriada em março pelo INCRA. Foi declarada de interesse social para Reforma Agrária. Naquela ocasião, 60 famílias de sem-terra ocuparam parte da área, até que a Justiça se pronunciasse. Como o proprietário da Fazenda recorreu à Justiça, pedindo a reintegração de posse, as famílias retiraram-se do local, acampando às margens da Rodovia PR-218, até que houvesse solução para o litígio.

Com assistência do INCRA, as famílias decidiram permanecer no acampamento, plantando roças de mandioca para subsistência do grupo, numa pequena área da Fazenda Saudade.

Durante todo o período em que ficaram acampadas às margens da rodovia, as famílias não foram procuradas por qualquer representante de nenhum órgão estadual. Em nenhum momento houve negociação a fim de que o processo de desocupação da área se desse de forma pacífica.

Em outubro, a Juíza da Comarca de Loanda, Elizabeth Kather emite mandado pela manutenção da posse pelo proprietário da Fazenda Saudade.

No dia 30 de outubro, o Diretor do Departamento de Estradas e Rodagem - DER, da Secretaria de Transportes, Francisco Kuster foi procurado pelo proprietário da terra, acompanhado de seu advogado. Recebeu deles o pedido para que o DER entrasse com petição à Justiça, requerendo o despejo das famílias das margens da rodovia. O mandado de despejo (conforme documento anexo) foi emitido pelo Juiz Raul Portugal, da Comarca de Santa Isabel do Ivaí, no dia 1° de novembro.

Na segunda-feira, dia 6 de novembro, as famílias foram comunicadas para existência de ordem judicial de despejo, através do oficial de justiça. No dia 7, na tentativa de evitar o despejo para as margens da rodovia, os agricultores atravessam a cerca da Fazenda Saudade.

No dia 8, à tarde, as famílias de agricultores sem-terra receberam a ordem judicial de despejo. Para comandar a operação de despejo foi designado o Capitão da Polícia Militar Gilberto Cândido e destacados 90 policiais militares. Do capitão, os agricultores receberam ordem para desocupar a área em duas horas. Os policiais tinham em seu poder bombas, revólveres e fuzis, mosquetões, algemas, bastões de madeira e material de guerra química

(conforme relatório anexo nº 5).

Diante da ameaça de um despejo sob condições de força, as famílias recusaram-se a sair. Inicia-se então o confronto, iniciado pela PM, que lançou bombas de efeito moral sobre as famílias. As famílias tinham em seu poder apenas material de trabalho, como foices, facões e enxadadas, além de algumas garrafas contendo gasolina.

Segundo relatos das famílias, em nenhum momento os agricultores consideraram a possibilidade de que a PM fosse, de fato, executar o despejo com violência (conforme relatório preliminar).

No confronto, ficaram feridos 2 policiais e 13 trabalhadores rurais sem-terra. Todos os agricultores apresentavam ferimentos causados por arma de fogo. Alguns foram atingidos depois de algemados (detalhamento no relatório preliminar). Havia no acampamento 12 mulheres grávidas e cerca de 60 crianças. Algumas mulheres foram violentamente espancadas (relatório preliminar).

Após o conflito, os feridos foram levados para hospitais de Santa Isabel do Ivaí, Paranaíba e Loanda, que já haviam sido previamente informados pela PM da iminência do conflito.

Na ação policial, os pertences das famílias foram queimados. As famílias foram levadas até a Cidade de Santa Isabel do Ivaí e alojadas precariamente em terreno cedido pela Prefeitura.

Conclusões

A Comissão suprapartidária conclui que a ação da Polícia Militar foi violenta, precipitada e premeditada. A ação de despejo atendeu somente os interesses do proprietário da Fazenda Saudade. Numa atitude inédita no Paraná, o superintendente de um órgão estadual requereu despejo de famílias de trabalhadores rurais sem-terra do acastamento da rodovia, atendendo pressões do dono da Fazenda. A justiça pronunciou-se com extrema rapidez e a Polícia Militar mobilizou-se também de maneira rápida, munida de arsenal que incluiu armas de grosso calibre e arsenal químico.

Não houve nenhum tipo de negociação preliminar envolvendo os órgãos do governo do Estado, como Secretaria de Meio Ambiente, Secretaria de Agricultura ou Secretaria de Justiça ou com a Assembleia Legislativa.

Num momento em que o governo do Estado reafirma sua disposição em resolver conflitos sociais de forma negociada, sem uso de força policial, a sociedade paranaense e brasileira são tristemente surpreendidas com um episódio de extrema truculência. A revelia das declarações e atitudes do Exmo. Sr. Governador Jaime Lerner, a Secre-

taria de Segurança Pública conduziu o despejo de maneira extremamente violenta, atacando trabalhadores rurais sem-terras como se baderneiros fossem.

A atitude da Secretaria de Segurança Pública de caracterizar os trabalhadores rurais sem-terra como criminosos e irresponsáveis causa indignação a todos os paranaenses e brasileiros. A tentativa das autoridades de criminalizar os trabalhadores por si só já demonstra a premeditação em distorcer os verdadeiros fatos ali acontecidos. Em nenhum momento os direitos humanos das famílias foram levados em conta.

Para solucionar conflito social tão grave o governo do Estado deu plenos poderes a um Capitão PM. A questão foi tratada como se fosse problema exclusivo da área de Segurança Pública, de maneira simplista e que revelou total falta de sensibilidade e despreparo da tropa.

A ação policial, truculenta e desnecessária, afronta a decisão do governo federal neste momento e do Presidente Fernando Henrique Cardoso, que têm tratado a questão da reforma agrária como prioridade e feito grandes esforços para que, através de ampla negociação, se agilize o processo de reforma agrária em nosso país. As medidas tomadas pelo governo nos últimos quinze dias demonstram, de forma inequívoca, a disposição do governo em efetivar a justiça social no campo.

Providências a serem tomadas:

A Comissão Especial da Assembleia Legislativa requer:

1. A convocação imediata do Sr. Secretário de Segurança Pública, Cândido Manoel Martins de Oliveira, para prestar esclarecimentos ao Poder Legislativo do Estado do Paraná. Requer ainda, a convocação dos Srs. Francisco Kuster, Diretor do DER; Comandante da operação de despejo, Capitão PM Gilberto Cândido;

2. Requisitar à TV Cultura de Maringá e à TV Tibagi de Apucarana cópias brutas do material filmado durante a invasão, antes das eventuais edições feitas;

3. Solicitar ao Exmo. Sr. Governador Jaime Lerner providências imediatas ao atendimento das reivindicações das famílias de trabalhadores sem-terras, que hoje estão precariamente alojadas, sem condições mínimas de subsistência;

4. Abertura imediata de negociação entre o INCRA e o Governo do Estado e o Movimento Sem-Terra, visando solução pacífica e definitiva para as 47 famílias de Santa Isabel do Ivaí;

5. Requer que seja enviado cópia deste relatório ao Ministério Público do Paraná, para que investigue e apure as responsabilidades sobre os episódios de violência

policial;

6. Requer o envio deste relatório à Comissão de Direitos Humanos do Congresso Nacional para que apure e investigue os fatos aqui relatados;

7. Requer o envio deste relatório ao Ministério da Justiça para as providências legais cabíveis;

8. Solicitar o acompanhamento do Inquérito Policial Militar por parte de representante designado pelo Ministério Público;

9. Solicitar que sejam ouvidos os trabalhadores rurais sem-terra, no Plenário da Assembleia Legislativa, quando da presença das demais autoridades convocadas;

10. Envio deste relatório ao Conselho dos Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil e à seção paranaense da

OAB.

Em anexo, os seguintes documentos:

.. Prontuários médicos dos trabalhadores rurais feridos;

2. Consulta ao INCRA;

3. Mandado expedido pela Juíza Elizabeth Khater;

4. Mandado de reintegração de posse expedido pelo Juiz Raul Portugal;

5. Relatório da Polícia Militar sobre a ocorrência;

6. Certidão de Registro do Imóvel.

Sala das Sessões, em 13.11.95

(aa) ÂNGELO VANHONI

BASÍLIO ZANUSSO

JOSÉ MARIA FERREIRA

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

WALMOR TRENTINI

RELATÓRIO PRELIMINAR

COMISSÃO ESPECIAL DESIGNADA PARA INVESTIGAR OS EPISÓDIOS DE VIOLÊNCIA OCORRIDO NO DESPEJO DOS TRABALHADORES SEM-TERRA NO MUNICÍPIO DE SANTA ISABEL DO IVAÍ — FAZENDA SAUDADE.

A Comissão constituída suprapartidariamente pelos deputados Ângelo Vanhoni, Luiz Cláudio Romanelli, José Maria Ferreira, Walmor Trentini, Basílio Zanusso, acompanhados pelo Deputado Irineu Colombo, dirigiu-se em data de 09 de novembro de 1995, à Cidade de Loanda chegando às 15 horas e 40 minutos para a primeira diligência à Casa de Saúde Santa Catarina, onde foi recebida pelo proprietário do hospital Dr. Hugo Accorsi e pelo médico Marcelo Accorsi.

Do relato ficou constatado que a partir da 20 horas do dia 08 de novembro, foram atendidos 8 feridos, com ferimentos diversos, sendo que 6 com ferimentos transfixiantes ocasionado por disparo de arma de fogo (doc. 01, prontuários).

Os feridos foram atendidos pelos doutores Hugo Accorsi, Marcelo Accorsi, Hugo Roberto Accorsi, José Accorsi, Heitor Miakawa, Delci Pinto de Arruda. Segundo relato, as vítimas estavam muito machucadas e na expressão do Dr. Marcelo Accorsi, constatou-se que os ferimentos ocorreram por disparo de arma de fogo abaixo da cintura do corpo. "Eles levaram muita sorte", disse o médico.

A comissão ouviu duas vítimas internadas, o Sr. José Pedro Rodem, 48 anos, com ferimentos diversos na cabeça, baleado nos dois pés e que ainda apresentava escoriações nas costas. Ouviu ainda o Sr. Wilson Braun, 20 anos, ferido no joelho por projétil de arma de fogo, além de apresentar diversas outras escoriações e machucaduras pelo corpo. Este último encontra-se com fratura grave no joelho, segundo o médico Marcelo Accorsi.

Foram palavras do Sr. Wilson Braun: "fui atirado após estar algemado e jogado no chão. Recebi ainda um tiro que raspou na testa". Afirmou ainda que veio há 10 anos de Castro, junto com o pai para o assentamento de Querência do Norte e que o seu sonho é ter um pedaço de terra para poder trabalhar. Segundo ele na terça-feira última 46 famílias ocuparam a Fazenda Saudade que já havia sido desapropriada pelo INCRA. "Estávamos acampados na rodovia há 6 meses e saímos porque o DER do Paraná pediu o despejo e após sermos notificados pelo Oficial de Justiça na terça decidimos entrar na fazenda. Estávamos acampados a uns 50 metros do antigo local. A polícia chegou às 16 horas e 30 minutos, comandados por um certo Capitão chamado Gilberto Cândido. Eram cerca de 90 policiais fortemente armados apoiados por

trabalhadores contratados que estavam em dois caminhões para efetuar o despejo". Afirmou ainda que enfrentaram a polícia com facões, enxadas e foice. Que muitos ficaram feridos. Não sabe como o fogo começou no acampamento. Não estavam preparados para enfrentar a polícia, porque achavam que o despejo era "frio".

Nenhum destes depoentes estava preso.

Em seguida a Comissão se deslocou até o Município de Santa Isabel do Ivaí, chegando lá às 16 horas e 30 minutos, onde foi visitado os acampamentos a margem da rodovia e o local do conflito na Fazenda Saudade. É o que passamos a relatar.

Era visível a ação violenta pois ainda fumegavam pelo acampamento os restos das barracas que foram queimadas. A estratégia usada foi de se colocar fogo em cada um dos barracos. Num determinado ponto foram concentrados utensílios domésticos, ferramentas, móveis, colchões, rádios, frigideiras, lanternas e demais objetos e ateado fogo.

Em seguida a Comissão deslocou-se ao novo acampamento improvisado pela Prefeitura de Santa Isabel do Ivaí, aonde encontrou uma situação extremamente grave. O que sobrou da ação de despejo estava jogado numa área de cerca de um hectare, situada entre fornos de carvão, cemitério municipal, matadouro e a estação de tratamento de esgoto. Lá estavam 46 famílias, cerca de 70 crianças e 12 mulheres grávidas.

Em assembléia ouvimos em síntese o seguinte: "Há seis meses acampamos na beira da Rodovia PR-218 porque sabíamos que no dia 24 de março de 95, o Presidente Fernando Henrique Cardoso declarou de interesse social a área da fazenda Saudade, para fazer a reforma agrária. Estávamos aguardando e só faltava a emissão de posse pelo INCRA. Segunda-feira, dia 06 de novembro, às sete horas da manhã, um oficial de justiça de nome Nereu veio com uma liminar expedida pelo Juiz Raul Portugal, da Comarca de Santa Isabel do Ivaí, para fazer o despejo da margem da rodovia a pedido do DER do Paraná. O prefeito Eduardo Otto, ofereceu a área onde nós estamos, mas avaliamos que era imprópria e não atendia aos nossos interesses, já que queríamos permanecer próximo da fazenda para continuar cultivando-a. Segunda à noite, decidimos entrar na fazenda porque não tínhamos outra opção. Fizemos 34 barracos. A nossa intenção era ficar aguardando a emissão de posse. Na terça-feira, trabalhamos o dia todo. No final da tarde da terça-feira, o Capitão Gilberto Cândido veio ao acampamento e entregou fotocópia de fax do INCRA, dizendo que área não era desapropriada. O Valter do INCRA disse pra gente que só faltava a emissão de posse. Na quarta-feira o oficial de justiça conversou com a gente, queria saber quantas famílias tinham, quantas mulheres e quantas crianças. Ele não nos mostrou nenhum documento que ordenasse o despejo. Nós já estávamos cultivando mais de dez alqueires de mandioca no interior da fazenda, que havia sido plantada há 45 dias, enquanto ainda estávamos nas margens da PR. Neste tempo apareceram jagunços armados que ficavam nos

ameaçando, nos insultavam e diziam que iriam tocar fogo nos barracos, e diziam que estavam a mando do fazendeiro. Quando a fazenda foi desapropriada ela não tinha cerca, não tinha gado, não tinha nada. A fazenda tem 1.022 hectares".

Em seguida relatamos o que podemos denominar a "cena do despejo":

"Era mais ou menos 4 horas da tarde quando foram chegando as viaturas policiais, ônibus e caminhões, comandados pelo Capitão da PM Gilberto Cândido. Nós procuramos e disseram que tínhamos que desocupar a área. Nos deram duas horas para sair e era 18 horas e 35 minutos, quando nós ficamos perfilados na frente do acampamento com as mulheres e crianças na nossa frente e eles começaram a jogar bomba de gás. As crianças começaram a se afogar com a fumaça e aí começou a confusão. A polícia veio e nos agrediu, atiraram na gente. Atiravam nas costas. Entraram no meio dos barracos gritando, usavam revólveres e espingardas. Algemavam os companheiros, colocavam no chão e depois atiravam covardemente. Nenhum policial foi ferido por nós. Nem conseguimos chegar perto deles. A violência era terrível, eles cutucavam as mulheres grávidas, isso não se pode fazer com um cristão, não... Pelo que nós pudemos contar 13 companheiros foram feridos a bala. A mulher do seu Olívio apanhou muito, levou muita pancada na cabeça".

Os agricultores sem-terra mostraram a esta Comissão as marcas da violência. Ficou constatado que homens, mulheres e alguns meninos tinham escoriações diversas pelo corpo.

"Nós somos gente pacífica. Eles diziam vamos matar este vagabundo, vamos dar terra pra ele. No hospital em Loanda um policial ficava armando o fuzil e me ameaçando" (Pedro Skiba).

A imprensa presente na referida assembléia relatou que presenciaram atos de extrema violência e covardia praticado pelos policiais. (TV Cultura de Maringá, SBT, Folha de São Paulo, e repórteres de rádios da região).

Aos deputados foi apresentada uma lista de reivindicações:

1. Novo local para o acampamento;
2. Abertura de negociações com o INCRA e o governo do Estado;
3. Devolução da ferramentas de trabalho apreendidas pela polícia;
4. Devolução dos documentos pessoais e agilização para segunda via dos que foram queimados;
5. Devolver as caixas d'água e as telhas de cimento amianto;
6. Abertura de inquérito para responsabilizar aqueles que praticaram os atos de violência;
7. Lonas, comida e roupas.

Em seguida a Comissão deslocou-se ao encontro do prefeito de Santa Isabel do Ivaí, Sr. Eduardo Otto, que declarou: "Senti que ia acontecer alguma coisa na área, que não era boa coisa". O Prefeito alega que não tem dinheiro para alimentar os agricultores. Ele se dispôs a achar uma área melhor para fazer o acampamento provisório. Acompanhando o Prefeito estava o médico Dr.

Clemente que disse ter atendido 3 policiais e um agricultor, que os prontuários não haviam sido feitos. Os policiais segundo ele sofreram escoriações, e o agricultor estava com a perna fraturada e baleada, com sinais de pauladas no corpo. Disse ainda que às 11 horas do dia 8 de novembro (quarta-feira), a polícia local pediu uma ambulância e médicos para atender os possíveis feridos. Segundo o Prefeito há duas liminares, uma de Loanda e outra de Santa Isabel do Ivaí, determinando o despejo.

Em seguida a Comissão seguiu até o hospital Noroeste, onde encontrou 5 feridos a bala, Eldair Mateus Kwliesk, Pedro Moacir Westefall, Nei Batista Moreira, Jair de Quadro e Geraldo Schemeling.

Em seguida a Comissão deslocou-se até o 8º Batalhão de Polícia Militar, para ouvir o Capitão Gilberto Cândido, onde foi recebido pelo Cabo PM Ivo Barros, que após diversas tentativas e contatos dizendo que o Capitão estava vindo até o Batalhão, acabou frustrando esta Comissão não comparecendo ao local, e ficando em local incerto e não sabido. Inquiridos pelos responsáveis pelo batalhão na ausência do Capitão, ninguém se apresentou para a Comissão.

Ainda no Batalhão, a Comissão ouviu o Oficial de justiça Augustinho Alves de Oliveira, que disse que há cerca de 30 dias cumpriu um mandado de esbulho pelo manutenção da posse pelo proprietário. Segundo ele os sem-terra estavam na beira da rodovia. Na quarta-feira, dia 8, acompanhado dos oficiais de justiça Gilson de Almeida e Amilton de Oliveira Silva, ambos de Loanda, cumpriram o mandado de manutenção de posse expedida pela juíza Elizabeth Khater, da Comarca de Loanda. Disse que não tinha conhecimento se alguma liminar havia sido concedida ao DER. Indagado sobre quem determinou a utilização da força policial, disse que a ordem veio através de um ofício, que ele não sabe de onde é, que não viu. O Ofício dizia que era pra dar cumprimento a ordem judicial. Foi até o acampamento, leu o mandado da Juíza, disse que o pessoal do MST é muito agressivo e que eles pediram um tempo para pensar. Isto foi as 3 e 30 da tarde, e que depois de 2 ou 3 horas eles disseram que só sairiam dali mortos. Conversaram por mais 40 minutos, sendo que recomendou aos sem-terra que saíssem.

Logo após, a Comissão seguiu para a Santa Casa de Paranavaí, onde estão internados 3 agricultores sem-terra feridos por arma de fogo.

O Sr. Olívio Mário de Almeida, que está internado em estado grave na UTI, vítima que foi de violenta ação, com um tiro no abdome e espancamento generalizado.

O Sr. Paulo Pedro da Silva, recebeu um tiro nas costas. Segundo seu depoimento, foi algemado e apanhou muito. Já na ambulância o seu pé foi furado por uma lâmina pontiaguda afixada na ponta de um fuzil. Que no conflito eles tinham, para se defender, colocado as crianças e mulheres na frente dos homens e foram atacados com bomba de gás. Que ele já tinha corrido uns 200 metros quando recebeu um tiro pelas costas. Que não reconhece o policial que atirou no Sr. Olívio. Quem comandava era um capitão e um Tenente, e "quando partiram pra cima foram com muita violência". Ele não acreditava que ia haver o

confronto. Achava que os policiais iriam recuar por causa das crianças e mulheres. Veio na ambulância algemado e apanhando. Não recebeu voz de prisão.

O Sr. Pedro Lopes dos Santos, levou um tiro na perna. Disse que recebeu muitas cacetadas, que tinha um facão na mão para se defender. Afirmou que tentaram fazer um acordo, mas não teve jeito. Segundo ele a agressão partiu da polícia, que jogavam as bombas de gás e "para nos defender nós jogamos 3 garrafas com gasolina dentro". Recebi ainda, muitas ofensas pessoais, e os policiais que me atacaram eu sei quem são. Foi o Jesse e o Zezinho, quem fez o disparo da arma, foi um dos dois. O Jesse foi quem me acertou na cabeça.

- Oficialmente foram feitas 7 presos, que foram liberados sob fiança paga por um Padre.
- Foram declarantes principais na Assembléia dos Agricultores Sem-terra com esta Comissão, Valdir Evangelista de Almeida, Ademar Alves de Melo e Terezinha Proença.
- Este relatório é preliminar, apenas relatando as constatações "in loco" da Comissão, vão ser analisados mais documentos, os prontuários, relatório da PM e checar algumas dúvidas e informações para se emitir o relatório conclusivo.

DOCUMENTO I

PRONTUARIOS MÉDICOS

QUJ-423-2585

ARMADILHA INTEGRAL

315 101

NOV 10 1995 13:26

SANTA CASA DE PARANAVAI

R: Rua Gde do Sul, 2425 - Centro -

BOLETIM MEDICO

DIA: 10/11/1995

HORAS: 10:00

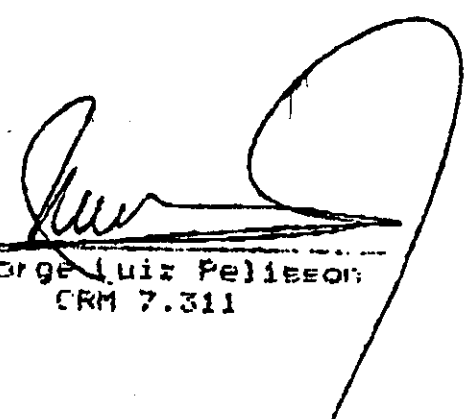
PACIENTE: Paulo Pedro da Silva - 30 anos

Em 20. pós operatório de drenagem torácica fechada, com ferimento por arma de fogo.

Evoluindo com sinais vitais dentro dos limites de normalidade, consciente, com dinâmica respiratória normal.

Dentro dos padrões de evolução para o caso.

Paranavai, 10 de novembro de 1995.


Dr. Jorge Luiz Pelissari
CRM 7.311

SANTA CASA DE PARANAVAI

R: Rio Gdo do Sul, 2425 - Centro-Paranavaí- Pr - Fone: (044) 423-2123

BOLETIM MEDICO

DIA: 10/11/1995

HORAS: 10:00

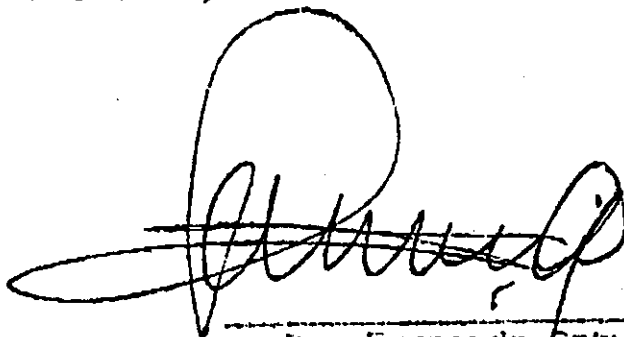
PACIENTE: Pedro Lopes Santos - 54 anos

Fratura de fêmur esquerdo por arma de fogo.

Paciente em tração contínua e tratamento medicamentoso.

Evolução normal, há necessidade de tratamento cirúrgico.

Paranavaí, 10 de novembro de 1995.



Dr. Fernando Schwanke
CRM 2.771

SANTA CASA DE PARANAVAI

R: Rio Gde do Sul, 2425 - Centro-Paranavaí- Pr - Fone: (044) 423-2121

BOLETIM MEDICO

DIA: 10/11/1995

HORAS: 10:00

PACIENTE: Olivio Dias Almeida - 37 anos

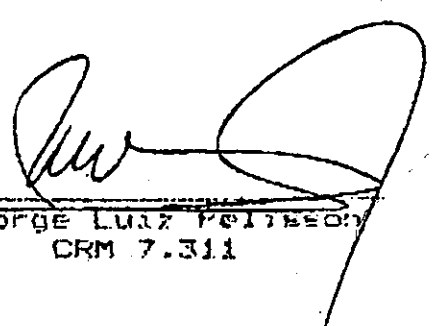
Em 2o. pós operatório de laparotomia e colestomia, devido a ferimento por arma de fogo.

Evoluindo com sinais vitais estáveis e consciente.

Dentro dos padrões de evolução para o caso.

Alta da U.T.I.

Paranavaí, 10 de novembro de 1995.



DR. JORGE LUIZ PEITEADO
CRM 7.311



FONES 426-1146, 486-1909
RUA FIORAVANTE MARINI, 190 - LOANDA - PR.
Casa de Saúde e Matern. Santa Catarina

PACIENTE :- S.B.

DATA :- 08/11/95

RELATÓRIO MÉDICO

- FERIDA CORTANTE PERNA DIREITA.
- FERIDA PERFURANTE PERNA ESQUERDA.
- HEMATOMA REGIÃO FRONTAL.
- EQUIMOSE REGIÃO ESCAPULAR.

[Signature]
Dr. Delcy Pinto de Arruda
CRM 145214

[Signature]
Dr. Gilberto Sérgio de Aguiar
CRM 145214

[Signature]
DR. UGO ROBERTO ACCORSI
CRM 145214

[Signature]
Marcelo A. de O. Accorsi
CRM 9044

[Signature]
Dr. Marcelo A. de O. Accorsi
Ortopedista e Traumatologista
CPF 07.931.239-72
CRM 12354 - TEOT 5.546



FONES 428-1148, 428 1908
RUA FIORAVANTE MARINI, 180 - LOANDA - PR.
Casa de Saúde e Maternidade Santa Catarina

PACIENTE :- E.A.P.P.

DATA :- 08/11/95

RELATORIO MÉDICO

- FERIDA CORTO CONTUSA 05 cm EM REGIÃO PARIETAL DIREITA.
- CONTUSÃO COTOVELO ESQUERDO. (SOLICITADO RX).
- OBSERVAR URINA.

CRM 10.150

Dr. Delcy Pinto de Arruda
CRM 40.428

Dr. Elton José Magalhães
CRM 4.411-PR

DR. UGO ROSETO ACCORSI
MÉDICO
CRM 1492-PR

Dr. Marcelo A. de O. Accorsi,
Ortopedista e Traumatologista
CRM 57.731-PR
CRM 12.358 - TEC 5.546

Dr. Ugo Roberto M. Accorsi
CRM 9044



FONES 426-1144, 426-1208
RUA FIORAVANTE MARINI, 180 - LOANDA - PR.
Casa de Saúde e Maternidade Santa Catarina

PACIENTE :- P. S.

DATA :- 08/11/95

RELATÓRIO MÉDICO

- CONTUSÃO REGIÃO PARIETAL DIREITA.
- CONTUSÃO COXA ESQUERDA.
- CONTUSÃO REGIÃO LOMBAR;

[Signature]
DR. JULY *[Signature]* de ATTUAGA
CRM 10498

Dr. Marcelo A. de O. Accorsi
Ortopedista e Traumatologista
CPF 57.91.2972
CRM 112.76 - TEST 5.946

[Signature]
Dr. Gelson *[Signature]* de Albuquerque
CRM 1011 - TEST 5.946

[Signature]
DR. UGO ROBERTO ACCORSI
MÉDICO
FISIOLOGISTA

[Signature]
Dr. Ugo Roberto Accorsi
CRM 9044



FONES 420-1140, 420 1808
RUA FIORAVANTE MARINI, 190 - LOANDA - PR.
Casa de Saúde e Maternidade Santa Catarina

PACIENTE :- J.P.H.

DATA:- 08/11/95

RELATÓRIO MÉDICO

- PÉ DIREITO :- Ferida transfixante por arm- de fogo.
- PÉ ESQUERDO :- FERIDA POR ARMA DE FOGO (PROJÉ-
TIL PROXIMO AO CALCÂNEO)
- ESCORIAÇÕES: :- PERNA DIREITA e ESQUERDA.

Dr. Keller [illegible]

Dr. Deluy [illegible]

DR. UGO ROBERTO ACCORSI

Dr. Marcelo A. de O. Accorsi -
Ortopedia e Traumatologia
CRM 12.356 - TEOT 3.546

Dr. Ugo Roberto M. Accorsi
CRM 9044



FONES 425-1148, 426-2909
RUA FAGORVANTE MARINI, 999 - LOANDA - PR.
Casa de Saúde e Maternidade Santa Catarina

PACIENTE :- N. B.

DATA :- 08/11/95

RELATÓRIO MÉDICO

- Ferida perfurante por arma de fogo transfixante em coxa esquerda.
- Ferida perfurante por arma de fogo transfixante em perna direita:- retinada do projétil.
- Ferida lacerante em região lombar esquerda.
- Solicitado Raio x de perna direita e coxa esquerda.

CRM 03332

Dr. Delcy *de Arruda*
CRM 10.528

Dr. Marcelo A. de O. Accorsi
Ortopedista e Traumatologista
CPF: 57.957.29-72
CRM 12.356 - REOT 3.546

Dr. *Stella*
CRM 1.001

DR. UGO ROBERTO ACCORSI
MÉDICO

Ugo Roberto Accorsi
Dr. *Ugo M. Accorsi*
9.044



FONES 426-1144, 426-1908
RUA FIORAVANTE MARINI, 189 - LOANDA - PR.
Casa de Saúde e Maternidade Santa Catarina

PACIENTE :- E. M.

DATA :- 08/11/95

RELATÓRIO MÉDICO

- FERIDA PERFURANTE COM TRASFIXAÇÃO PERNA DIREITA.
- FERIDA PERFURANTE COM TRANSFIXAÇÃO PÉ ESQUERDO.
- HEMATOMA + EDEMA MÃO DIREITA.
- PERILMENTO CONTUNDENTE EM PUNHO ESQUERDO.

Dr. Delvino M. de A. Accorsi
CRM 10.896

Dr. Guilherme de A. Accorsi
CRM 10.896

Dr. Marcelo A. de A. Accorsi
Ortopedista e Traumatologista
CPF 672.931.239-72
CRM 12.354 - TEOT 5.546

DR. UGO ROBERTO ACCORSI

Dr. Rogério M. Accorsi
CRM 8.044



FONES 426-7146, 426-7902
RUA FIORAVANTE MARINI, 100 - LOANDA - PR.
Casa de Saúde e Maternidade Santa Catarina

PACIENTE :- W. B.

DATA :- 08/11/95

RELATÓRIO MÉDICO

- FERIMENTO POR ARMA DE FOGO EM JOELHO ESQUERDO.
- AO RAIOS X FRATURA DE PLATEAU TIBIAL.
- FERIDA CONTUSA REGIÃO FRONTAL.

[Signature]

Dr. Delcy Brito de Arruda
CRM 10400

Dr. Götter *[Signature]*
CRM 10400

DR. UGO ROBERTO ACCORSI
CRM 10400

Dr. Marcelo A. de O. Accorsi
Ortopedista e Traumatologista
CPF 57931339-22
CRM 12356 - TEOT 1346

[Signature]
Dr. Ugo Roberto M. Accorsi
CRM 9044



FONES 428-1144, 428-1908
RUA FIORAVANTE MARINI, 990 - LOANDA - PR.
Casa de Saúde e Maternidade Santa Catarina

PACIENTE :- P.M.V.

DATA :- 08/11/95

RELATÓRIO MÉDICO

- Ferimento corto contuso de aproximadamente 06 cm em hemicrânio direito (+ou- 0,5 cm profundidade).
- Ferimento corto contuso de aproximadamente 03 cm em região occipital direita (+ou-0,5 profundidade).
- Ferimento perfurante em pé direito (transfixante de face interna do pé ao dorso do pé)

Dr. *[Signature]* de Arruda
CRM 10.888

Dr. Marcelo A. de O. Accorsi
Ortopedista e Traumatologista
CRM 57.131.239-72
CRM 12.36 - TEOT 5.546

Dr. *[Signature]* de Arruda
CRM 10.888

DR. UGO ROBERTO ACCORSI
CRM 12.36

Dr. *[Signature]* de Arruda
CRM 10.888

DOCUMENTO 11

CONSULTA AO INCRA



Prefeitura Municipal de Santa Isabel do Ivaí

Estado do Paraná

CGC(MF) 76.974.823/0001-00

Avenida Manoel Ribas, 170 - Fone/Fax (044) 453-1177

Ofício Nº 202/95

Santa Isabel do Ivaí, 11 de outubro de 1995

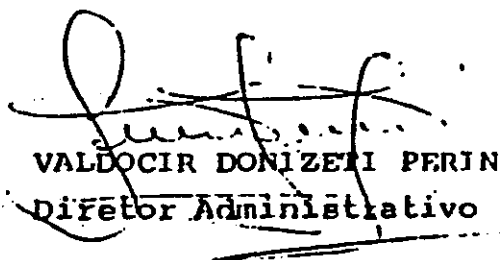
Senhor Superintendente

Compareceu nesta Prefeitura, o Senhor Capitão Gilberto Candido dos Santos, Comandante do Batalhão da Polícia Militar do Paraná, sediada em Loanda, que dialogou com os líderes dos Sem-Terra que se encontram acampados e que interditaram o trecho da Rodovia que liga este Município ao de Planaltina do Paraná, na altura da Fazenda Saudade.

O Senhor Capitão Gilberto solicitou-nos fazer contato com esse Instituto, a fim de haver uma definição por parte de Vossa Senhoria, quanto ao assentamento na Fazenda Saudade ou outro local, pois a intenção dos mesmos é o de produzir.

Solicita, outrossim, urgente pronunciamento no caso, para que sejam evitados outros danos maiores.

Atenciosamente


VALDOCIR DONIZETI PERIN
Diretor Administrativo

Ilustríssimo Senhor

Dirceu Rodrigues

MD. Superintendente Regional do INCRA

Curitiba - Paraná.

Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária - MAARA

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA

TELEFAX INCRA/PR (041) 364-3698 LO 9 Nº DATA: 13/10/95 PAG: 01

PARA	NOME/CARGO: VALDOCIR DONIZETI PERIN - Diretor Administrativo	
	ORGAO OU EMPRESA: Prefeitura Municipal	Nº FAX: (044) 453-3377
	CIDADE/UF: SANTA INEÍDE, BOITAT - PR	

DE	PRIMEIRO-GERENTE DIRETOR ADMINISTRATIVO SUPERINTENDENTE REGIONAL
DI	TRANSMISSÃO AUTORIZADA POR: DIRCEU RODRIGUES ASSI

OBSERVAÇÃO: RE: A MENSAGEM NÃO FOI BEM RECEBIDA FAVOR LIGAR PARA (041) 364-3698

TEXTO:

Senhor Diretor Administrativo,

Em atenção ao ofício nº 202/95, informamos:

O imóvel Fazenda Saudades foi, apenas, declarado de interesse social para fins de reforma agrária em 25/03/95 por ato do Senhor Presidente da República.

Por consequência desse ato, a proprietária entrou em juízo com ação constitutória desse procedimento.

Isto posto, a fazenda está sub-judice, ou seja, aguarda-se uma decisão do poder judiciário. Assim sendo o INCRA não pode tomar nenhuma medida administrativa visando agilizar o assentamento de famílias.

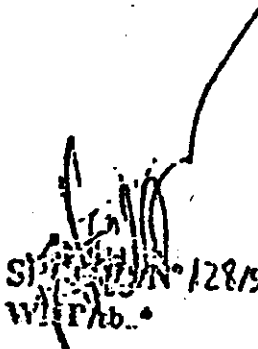
Em casos semelhantes a decisão do poder judiciário, mesmo em 1ª instância, tem sido demorada.

Isto posto, o proprietário ainda tem domínio pleno sobre o imóvel, valendo dizer que qualquer ocupação da Fazenda caracteriza-se como esbulho, depondo desfavoravelmente contra os ocupantes.

Tais procedimentos do Órgão está rigorosamente de acordo com o que determina a atual legislação de reforma agrária, não sendo possível qualquer autorização para o assentamento o que, também, lamentamos.

Atenciosamente,


DIRCEU RODRIGUES
Superintendente Regional
INCRA/PR


S/DIRCEU Nº 128/95
W/P/ab.

DOCUMENTO 111

MANDADO EXPEDIDO PELA JUÍZA

ELIZABETH KHATER (FAZENDA)

JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DE LOANDA - PARANÁ.

Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

M A N D A D O.

M A N D A

DIRIJA-SE

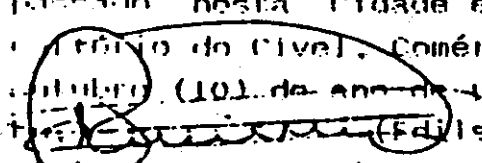
E SENDO AI

A Doutora Elisabeth Khater, Honr. Excmo. Juiz de Direito nesta Cidade e Comarca de Loanda, Estado do Paraná, na forma da Lei, etc.

Do Oficial de Justiça Gilvan Rodrigues da Silva, a quem o presente mandado será distribuído, expedido nos autos nº 178/95, de **AÇÃO DE MANUTENÇÃO DE POSSE**, movida por **DEYBE MASCARELLO** e outros contra **MOVIMENTO DOS SEM TERRA**, que em seu cumprimento,

nesta Comarca de Loanda, no local denominado Fazenda Saudados, na Rodovia PR-218, ou onde encontrar os requeridos nominados na petição anexa,

Proceda o Senhor Oficial de Justiça a **MANUTENÇÃO** dos autores na posse do imóvel descrito na inicial, bem como, proceda a **INTIMAÇÃO** dos requeridos, de que foi deferida a conversão do Interdito em Manutenção de Posse, com deferimento liminar desta, bem como de que foi aplicada a multa diária de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) aos requeridos, conforme despacho a seguir: "Converto o presente Interdito em ação de Manutenção de posse, ante os fatos relatados de fls. 34 "usque" 47, ratificando a conversão. Defiro liminarmente a medida, expedindo-se mandado. Aplique-lhes a multa diária de R\$ 10.000,00. Oficie-se requisitando-se reforço policial. Ciência ao Dr. Promotor de Justiça. Intimem-se e diligências legais. Em, 09.10.95. (a) ELISA BETH KHATER - Juiz de Direito."

CUMRA-SE NA FORMA E SOB AS PENAS DA LEI. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Loanda, Estado do Paraná, no Fórum do Cível, Comércio e Anexos, aos nove (09) dias do mês de outubro (10) do ano de um mil novecentos e noventa e cinco (1995).
 (Edilson Rodrigues), Empregado Juramentado que o emitto, subscreevi.


 ELISABETH KHATER
 Juiz de Direito.

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA VARA CÍVEL DA
COMARCA DE LONDA - PR.

CERTIDÃO

ao Sr. Dr. J. de Direito da Vara Cível da
Comarca de Londrina - PR.
16/10/95
13 Junho 10.55

DEYBE MASCARELLO, brasileira, solteira, menor púber, estudante e produtora rural, portadora da C.I. / RG nº 5.664.885-2-PR e inscrita no CPF / ME sob nº 016.462.939-40, nu-proprietária da Fazenda Saudades, assistida neste ato por seus pais (2º e 3º requerentes), ROMEU MASCARELLO, brasileiro, desquitado, agropecuarista, portador da C.I. / RG nº 1.280.866-PR, inscrito no CPF / ME sob nº 005.592.109-49 e sua companheira LIDIA FACCHINI, brasileira, solteira, agropecuarista, portadora da C.I./RG nº 1.280.869-PR, inscrita no CPF / ME sob nº 140.534.469-53, ambos usufrutuários da referida fazenda e todos domiciliados e residentes na Avenida Heitor Furlado, nº 2455, na cidade de Paranaval, por seus procuradores, instrumentos procuratórios inclusos (docs.01, 02 e 03), VEM, com todo respeito e acatamento, perante V. Exª. propor a presente

AÇÃO DE INTERDITO PROIBITÓRIO

contra o MOVIMENTO DOS SEM-TERRA, entidade despersonalizada, porém representada por seus líderes, que como tal se apresentam na imprensa local, ora localizados e

F1.02

Carlos Ernesto T. Maranhão
Advogado
OAB/MS N.º 20487

pados às margens da PR-218, em frente a " Fazenda Saudades ", a 14 Km de Loanda e 5 Km de Santa Isabel do Ivaí, pelos fatos e fundamentos a seguir expostos:

1. DOS FATOS

1.1. A primeira requerente é nu-proprietária e os demais usufrutuários de um imóvel rural conhecido por " Fazenda Saudades ", constituído pelos Lotes nºs 300 a 305, 346 a 366, parte das Reservas " A ", " B " e " C " e Cafezal " A ", da Gleba Santa Isabel, encravada na Gleba 19, e os Lotes nºs 3 a 8, destacados da divisão do Lote nº 2, da Gleba 15, todos da Colônia Paranavaí, com área total de 1.020, 61 ha (mil e vinte hectares e sessenta e um centiares), situado nos Municípios de Loanda e Santa Isabel do Ivaí, objeto dos registros números R. 1-5.710 e R.1-17.689, ficha 1, do Livro 2, do Cartório do Registro de Imóveis da Comarca de Loanda e Santa Isabel do Ivaí, Estado do Paraná (junto escrituras - docs. 4 a 6).

1.2. A posse direta também é exercida pelos Autores.

1.3. No dia 25 de março do corrente ano foi publicado no Diário Oficial da União Decreto declarando o imóvel acima transcrito de interesse social, para fins de reforma agrária (Decreto junto - doc. 07).

1.4. Por outro lado, até a presente data o INCRA, como órgão executor da reforma agrária, não propôs a possível ação de desapropriação, até porque, a partir do Decreto declaratório, o direito positivo (art. 3º da L.C. nº 76, de 6 de julho de 1993) lhe concede o prazo de 2 anos para intentá-la.

1.5. Surpresos e inconformados com o Decreto declaratório por saberem tratar-se a " Fazenda Saudades " de propriedade rural produtiva constitucionalmente insuscetível de desapropriação para fins de reforma agrária, os Autores, contrataram profissional habilitado e respeitado para a elaboração de Laudo Técnico para a verificação da real produtividade da propriedade. E uma vez que a documentação acostada e que embasa o Laudo Técnico

Paulo Ernesto C. Monchar
Advogado
OAB/RS N.º 2000

faz prova de que trata-se de propriedade produtiva. Insurgiram-se os Autores tomando todas as medidas pertinentes, nos Juízos competentes, para a devida demonstração de ser a propriedade objeto do Decreto, insuscetível de desapropriação para fins de reforma agrária.

1.6. Além do processo administrativo proposto perante o INCRA objetivando a comprovação da produtividade do imóvel e que o próprio órgão expedidor anule ou revogue a DI (Declaração de Propriedade) emitida "ex-offício" ensejadora do Decreto declaratório (junto cópia do protocolo de entrega - doc.08), os Autores ingressaram com ações (Cautelar e Principal) para provar também perante o Poder Judiciário, que trata-se de propriedade rural produtiva (Certidões Inclusas - docs. 09 e 10). Assim, está sob judice a possibilidade ou não de ser a Fazenda Saudades objeto de desapropriação para reforma agrária.

1.7. Como é de conhecimento público, amplamente divulgado pela imprensa (recorte de jornal junto - doc. 11), na noite de dia 4 para o dia 5 do mês de maio próximo passado, os integrantes do "Movimento dos Sem-Terra" que encontravam-se em Santa Isabel do Ivaí, invadiram a propriedade dos Autores. Não sendo expressivo o número desses invasores, com a intervenção da Polícia Militar, foi possível convencê-los e promover a sua retirada da propriedade particular. (junto Certidão da Polícia e informações da Polícia Militar que comprovam a invasão e nominam os invasores - docs. 11 "A", "B", "C", "D" e "E").

1.8. Os fatos posteriores demonstram claramente que esta primeira invasão à Fazenda Saudades apenas por um único motivo não teve maiores consequências; ou seja, o tempo de duração foi relativamente pequeno e houve concordância dos invasores em desocupar o imóvel, sem a necessidade dos proprietários recorrerem ao Poder Judiciário, simplesmente porque os líderes da invasão concluíram que o número de "sem-terras" no local não era suficientemente elevado. É o que se conclui da atitude a seguir por eles tomada de, ao invés de retornarem ao local de origem, levantaram acampamento às margens da PR-218 bem em frente à Fazenda, deixando claro que estão na espera da chegada de outros integrantes do movimento, para, novamente, invadir a propriedade. Se não, pergunta-se porque eles estão acampados na frente da fazenda?

1.9. O documento fotográfico (docs. 12 e 13) prova que já houve um

Carlos Ernesto G. Mannheim

Advogado
OAB/RS N.º 20647

significativo aumento do número de acampados no local e é comentário geral na cidade que estão para chegar mais integrantes do " movimento dos sem-terra " originários do acampamento da cidade de Colorado - PR, para logo após fazerem a invasão.

1.10. É evidente a intenção de promover novamente a invasão da propriedade, pois o local em que estão não é próprio para permanecer por médio ou longo período.

1.11. Se isto não bastasse para justificar o justo receio dos Autores, o País, nos últimos dias, tem sido palco de intensas manifestações do " Movimento dos Sem-Terra " numa flagrante demonstração de desrespeito à ordem constituída, com a ocupação de diversas sedes do INCRA e, em Curitiba, inclusive com a retenção do Superintendente do órgão, que ficou aprisionado pelos integrantes do movimento (recortes de jornais inclusos - docs.14 a 16).

1.12. Entendemos ser necessário ao País a realização de uma efetiva reforma agrária, mas de forma justa e de acordo com a lei, mas ocorre que o chamado " Movimento dos Sem-Terra " passa a comprometer até mesmo a ordem e a democracia que todos sonhamos, pois as suas atitudes vêm sempre ao arrepio da lei em ofensa às nossas instituições, pois com objetivos políticos, comandado pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) e pelo Partido dos Trabalhadores (PT), cujas invasões são projetos previamente orquestrados e estudados.

1.13. É inquestionável a intenção de novamente invadirem a propriedade dos Autores, sendo apenas questão de tempo, uma vez que os colonos acampados na frente da fazenda apenas estão na espera da chegada de mais " companheiros " para a efetivação da invasão.

2. DO DIREITO

2.1. Diante da situação que se nos apresenta, existindo a ameaça à posse, e lhes assegurando a lei adjetiva nos termos do art. 501 do Código Civil Brasileiro que ampara o pedido, pedimos vênia para transcrevê-lo.

" O possuidor que tenha justo re-

Carlos Ernesto F. Manahort
Advogado
OAB/RS N.º 30487

celo de ser molestado na posse, poderá impetrar ao Juiz que o segure a violência iminente, cominando pena a quem lhe transgredir o preceito. "

2.2.

Da mesma maneira a forma procedimental estabelecida no livro IV, dos Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa, Cap.VI, Seção III, do Interdito Proibitório, artigo 932 do Código de Processo Civil, da mesma forma pedimos vênia para transcrevê-lo

ARTIGO 932 DO CPC:

" O possuidor direito ou indireto, que tenha justo receio de ser molestado na posse, poderá impetrar ao Juiz que o segure da turbação ou esbulho iminente, mediante mandado proibitório, em que se comine ao réu determinada pena pecuniária, caso transgredir o preceito. "

2.3.

É fato público e notório a constante invasão de terras promovida pelo " Movimento dos Sem-Terra " e o perigo de nova invasão da Fazenda Saudades é iminente, uma vez que usurário e vezeiro este movimento invadir terras, não sendo por outro motivo que estão acampados na frente da Fazenda. A própria jurisprudência afirma ser público e notório estas invasões:

" POSSESSÓRIA - INTERDITO PROIBITÓRIO - AMEAÇA DE INVASÃO DE TERRAS - TEMOR JUSTIFICADO EM DADOS OBJETIVOS - JUSTO RECEIO CARACTERIZADO - AÇÃO PROCEDENTE - INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 932 DO CPC. O justo receio de que fala o artigo 932 do CPC, en seador do interdito proibitório, é o temor justificado, no sentido de estar embasado em fatos exteriores, em dados objetivos. O que importa é a seriedade da ameaça, sua credibilidade, sua aptidão para infundir no espírito normal o estado de receio. Se as pretensões encontram respaldo no artigo 932 do CPC e o conjunto probatório demonstra

F1.06

Carlos Ernesto F. Monhart

Advogado
OAB/PR N.º 2047

que o autor da possessória tem justificado motivo para promover a ação, sendo de fato público e notório a constante invasão de terras nos dias atuais, não há como não se julgar pela procedência. "
(in RT-631/152).

2.4. Agora a Propriedade já ter sido invadida uma vez e ser estes mesmos invasores, juntamente com mais integrantes do seu movimento que estão acampados na frente dela, a presente ação de interdito seria justificável simplesmente pelo fato do local onde acamparam encontrar-se as terras de propriedade dos Autores, como a própria jurisprudência afirma:

" Sendo fato público e notório a constante invasão de terras nos dias atuais, configura-se o justo receio de molestia à posse. "
(RT-631/152).

2.5. Porém, e a bem da verdade, conhecendo-se as atitudes que a entidade intitulada " Movimento dos Sem-Terra ", esta não se intimidará com o conhecimento do mandado proibitório através da citação e da decisão, isto porque sempre afrontaram as decisões e desrespeitaram a ordem judicial, pois, sistematicamente, vêm provocando invasões, como é o caso, entre muitos, da primeira invasão da Fazenda Saudades, por isto, a pura e simples cominação não impedirá o ato, se deliberado pelos invasores, é mister que o momento se impõe, pois, a convocação da força pública, para dar o efetivo cumprimento da Segurança que ora é impetrada.

2.6. De outra banda o justo receio é iminente, real é a possibilidade da turbação ou esbulho da posse.

2.7. Atendendo o princípio da Economia Processual, molestada a posse, automaticamente transmudaria em ação de manutenção ou de reintegração. Posição firmada pela jurisprudência e doutrina:

" Verificada a molestia à posse, transmuda-se automaticamente o interdito proibitório em ação de manutenção ou de reintegração, bas-

Fl. 07

Carlos Ernesto Q. Mannhart
Advogado
OAB/RS N.º 30627

lando apenas que o parte comunique o fato ao Juiz. "
(in RT-490/75 e RF-302/159).

" A força do interdito, porém, não se exaure na imposição de multa ao infrator, pois, se assim fosse, a ação deslocaria da característica básica dos remédios possessórios, que é a de tutelar materialmente o fato da posse. Daí prever o, art. 933 que toda a regulamentação dos interditos de reintegração e de manutenção aplica-se igualmente ao interdito proibitório. Isto quer dizer que não só o procedimento é igual, como também a força do mandado judicial. Dessa maneira, verificada a consumação do dano temido, a ação transforma-se " ipso iure " em interdito de reintegração ou de manutenção, e, como tal, será julgada e executada. "

(JÚNIOR, Humberto Theodoro. Curso de Direito Processual Civil. Volume III, Editora Forense. p.161).

2.8.

Como a Fazenda Saudades estende-se por dois Municípios, ou seja, Loanda e Santa Isabel do Ivaí, a competência é determinada pela prevenção, assim, entende a melhor doutrina:

" Se a disputa incidir sobre imóvel, observar-se-á a competência do " forum rei sitae ", ou seja, a causa competirá ao foro da situação da coisa litigiosa (art.95), aplicando-se a prevenção quando a gleba estender-se por território de mais de uma comarca ou estado (art.107)."

(JÚNIOR, Humberto Theodoro. Curso de Direito Processual Civil. Volume III, Editora Forense. p.141).

3. DA PROVA

Carlos Ernesto G. Monahed

Advogado
OAB/PR N.º 3042

3.1. PROTESTA desde já por toda a prova em direito admitida, especialmente pela oitiva de testemunhas e juntada de documentos, bem como o depoimento pessoal dos líderes sob pena de confesso.

4. DO PEDIDO

ISTO POSTO, com fundamento nos artigos 501 do CCB e 932 do CPC, REQUEREM:

I - Que, V. Ex.ª, se digne em determinar deferindo liminarmente seja expedido mandado proibitório para que os integrantes do " Movimento dos Sem-Terra " se abstenham de praticar violência, turbacão e até mesmo esbulho possessório na propriedade e posse dos Autores e ora requerentes, cientificando, ainda, que incorrerão em multa diária na importância equivalente a R\$ 10.000,00 (dez mil reais), caso desrespeito a ordem e concretizem a ameaça. Portanto, lhes seja deferida LIMINAR sem audiência da parte contrária, independentemente de justificação prévia, como determina o artigo 928 do CPC, por estar presente farta prova documental acostada.

II - Que, após determine a citação do " Movimento dos Sem-Terra " na pessoa de um de seus líderes, PEDRO NOVAIS DE SOUZA, CLAUDIO DE SOUZA e OSMAR DE OLIVEIRA que, publicamente, identificaram-se, através da imprensa, em entrevistas, para contestar, querendo, a presente ação no prazo legal, tudo sob pena de revelia e confissão.

III - Que, seja afinal julgada procedente, tornando definitiva a LIMINAR e condenando o réu e seus liderados em todos os ônus da sucumbência como determina a lei.

IV - Que, finalmente haja por bem V. Ex.ª, determinar seja requisitada a Força Pública da Polícia Militar para dar efetivo cumprimento à determinação judicial, expedindo-se ofício acompanhado da decisão, impedindo assim que se concretize a possível invasão à propriedade dos requerentes.

Atribui-se à causa o valor de R\$

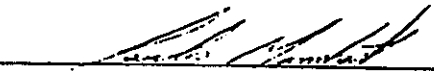
.....
Carlos Ernesto F. Mannhart
Advogado
OAB/RS N.º 30.687

500,00 (quinhentos reais).

Termos em que,

P. e A. Deferimento.

Loanda, 12 de Junho de 1995.


CARLOS ERNESTO F. MANNHART
OAB / RS nº 30.687

CERTIDÃO

CERTIFICO. - Os donos que em cumprimento ao mandado petro e sua respectiva assinatura, e sendo o diário em nome da Comarca e Município de Foz de Iguaçu, Estado do Paraná, no Foz de Iguaçu, a constatar que os documentos de registro de imóveis nas proximidades da sede da Foz de Iguaçu, a qual pertence para o Município e Comarca de Santa Izabel do Ivaí, Estado do Paraná.

Foz de Iguaçu, 08 de novembro de 1995.

Rogério A. Nunes
 Amilton de Oliveira
 Oficial de Justiça

CONCLUSÃO
 em _____ de maio
 noventa e _____ faço estes autos
 conclusos ao MM Juiz Dr.

[Assinatura]
 ESCRIVÃO

Considerando o Ofício de fls.57, e tendo em vista que o Oficial de Justiça senhor Gilvan Rodrigues da Silva, encontra-se fora da sede da Comarca, nomeio "ad hoc" os senhores Amilton de Oliveira Silva e Gilson de Almeida, para darem cumprimento à ordem.

Considerando, ainda, a Certidão de fls.58, e nos termos do artigo 107, do Código de Processo Civil, posto que este Juízo tornou-se preventivo, determino que o mandado de manutenção de posse seja devidamente cumprido pelos Senhores Oficiais de Justiça, desta Comarca.

Em, 08 de novembro de 1995

[Assinatura]

Elisabeth Khater
 Juiz de Direito

DOCUMENTO 1V

MANDADO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSEEXPEDIDO PELO JUIZ RAUL PORTUGAL (DER)

**PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DO PARANÁ
JUIZO DA COMARCA DE
SANTA IZABEL DO IVAÍ
CARTÓRIO CÍVEL E ANEXOS**

MANDADO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE

O DOUTOR RAUL VAZ DA SILVA PORTUGAL, JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE SANTA IZABEL DO IVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI, ETC...

MANDA aos Senhores Oficiais de Justiça deste Juízo, ou a quem for este apresentado, estando devidamente assinado, expedido nos autos REINTEGRAÇÃO DE POSSE sob nº 218/95, onde figuram como requerente DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DO PARANÁ (DER), pessoa jurídica de direito público interno erigida em autarquia "ex vi" do artigo 1º do Decreto nº 8848, de 31/08/77, criado pelo Decreto-Lei nº 547, de 18/12/1946, vinculado a Secretaria dos Transportes (artigo 112, da Lei nº 8485, de 03/06/77), com sede na Av. Iguaçu, 420, em Curitiba, Estado do Paraná e requerido MOVIMENTO DOS SEM TERRA, sediado à margem da Rodovia PR 218, no trecho Santa Izabel do Ivaí/Planaltina do Paraná, em cumprimento ao presente dirijam-se até a localidade apossada pelos requeridos, ou seja, na margem da Rodovia PR 218, no trecho Santa Izabel do Ivaí/Planaltina do Paraná, e sendo aí, proceda-se a REINTEGRAÇÃO do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná (DER), acima qualificado, na pessoa de seu representante legal, na posse das seguintes áreas:

1) Área: 2.100,00 metros quadrados; Rodovia: PR 218; Estrada: Km 38 + 900,00 m ao Km 39 + 200,00 m; Município: Santa Izabel do Ivaí; Trecho: Planaltina do Paraná/Santa Izabel do Ivaí; Largura da faixa de domínio: 30,00 metros; LIMITES E CONFRONTAÇÕES: NOROESTE: Por uma linha seca afetada 8,00 metros do eixo da Rodovia PR 218 no Km 39 + 200,00 metros, com um ângulo de 90°00' uma extensão de 7,00 metros confronta-se com a faixa de domínio da mesma; NORDESTE: pela margem esquerda da Rodovia segue a distância de 300,00 metros limitando-se com terras remanescentes; SUDESTE: por uma linha seca afetada 8,00 metros do eixo da Rodovia PR 218 no Km 38 + 900,00 metros com um ângulo de 90°00' numa extensão de 7,00 metros confronta-se com a faixa de domínio da mesma. SUDOESTE: Com um afastamento de 8,00 metros do eixo da Rodovia segue uma distância de 300,00 metros limitando-se com a estrada.

2) Área: 2.800,00 metros quadrados; Rodovia: PR 218; Estrada: Km 39 + 0,00 m ao Km 39 + 400,00 m; Município: Londrina; Trecho: Planaltina do Paraná/Santa Izabel do Ivaí; Largura da faixa de domínio: 30,00 metros; LIMITES E CONFRONTAÇÕES: NOROESTE: Por uma linha seca afetada 8,00 metros do eixo da Rodovia PR 218 no Km 39 + 400,00 metros com um ângulo de 90°00' numa extensão de 7,00 metros confronta-se com a faixa de domínio da mesma; NORDESTE: pela margem direita da Rodovia segue numa distância de 400,00 metros limitando-se com terras

Cartório Cível, Comércio e Anexos

Carlos Miguel Montagnani
Escritor

remanescentes; SUDESTE: Por uma linha recta afastada 8,00 metros do eixo da Rodovia PR 218 no Km 39 + 0,00 metros com um ângulo de 90°00' numa extensão de 7,00 metros confronta-se com a faixa de domínio da mesma. SUDOESTE: Com um afastamento de 8,00 metros do eixo da Rodovia segue uma distância de 400,00 metros limitando-se com a estrada.

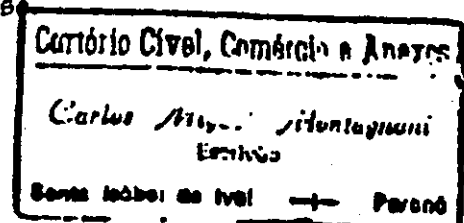
Para a efetivação da medida, havendo necessidade, fica autorizado o reforço policial e, uma vez consumada a reintegração do autor na posse das áreas acima individualizadas, CITEM-SE todos os integrantes do movimento dos sem terra, que se encontrarem acampados às margens da Rodovia PR 218, Km 38+900m, para querendo, ofertarem contestação no prazo de 15 dias, sob as penas da lei, seguindo, em anexo, cópia da peça inicial, que fica fazendo parte integrante do presente mandado, consoante os termos do despacho de fls. 25/26, do seguinte teor:

"O departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná - DER -, ajuizou a presente ação de Reintegração de Posse com pedido de liminar contra o Movimento dos Sem Terra - MST -, alegando que os integrantes daquele movimento instalaram-se em vinte e sete acampamentos de lonas, com mais de cem pessoas, às margens da Rodovia PR 218, no Km 38+900,00m a 39+400m, no trecho compreendido entre Planaltina do Paraná a Santa Isabel do Ivaí, pois que almejam garantir o direito de assentamento na "Fazenda Saudade", que é objetivo de ação expropriatória.

Alegam que aquelas famílias que encontram-se acampadas às margens da rodovia, estão expostas ao perigo iminente, com riscos para a própria vida, pois que situados num declive onde os veículos imprimem maior velocidade, e logo após o córrego existe uma curva que dificulta a visibilidade dos motoristas. Junta à sua pretensão, os documentos de fls. 09 até 23. Inicialmente, consoante se depreende pelo mapa juntado aos autos (fls. 15), observa-se que os sem terra encontram-se acampados em ambos os lados da rodovia, e segundo a circunscrição territorial, a margem esquerda no sentido Planaltina do Paraná a Santa Isabel do Ivaí pertence a esta Comarca e, o lado direito da rodovia, pertence à Comarca vizinha de Loanda. A confirmar esta colocação, estão os memoriais descritivos (fls. 16 e 17), que relatam a ocupação da área correspondente a dois mil e oitocentos metros quadrados no município de Loanda (fls. 16) e dois mil e cem metros quadrados no município de Santa Isabel do Ivaí (fls. 17).

A princípio, exurge de tal aspecto, a questão da competência do Juízo para apreciar a matéria, quando a parte primeira do artigo 95 do Código de Processo Civil estabelece: "Nas ações fundadas em direito real sobre imóveis, é competente o foro da situação da coisa...", o que, de início, recomendaria absurdamente a propositura de duas demandas idênticas na causa de pedir, envolvendo as mesmas partes. Ora, no caso sob juízo o artigo 107 do mesmo estatuto processual veio para por fim a questão, pois que traz em seu texto o critério legal de modificação de competência. Diz tal artigo: "Se o imóvel se achar situado em mais de um Estado ou comarca, determinar-se-á o foro pela prevenção, estendendo-se a competência sobre a totalidade do imóvel.". Assim, tenho como competente para o processamento e julgamento da causa, o Juízo desta Comarca de Santa Isabel do Ivaí, pois que aqui se postulou a presente ação dando-se conhecimento da causa por primeiro.

Pois bem, segundo a regra do artigo 927 do Código de Processo civil, nas ações de reintegração de posse, deve o autor provar a sua posse; o esbulho praticado pelo requerido; a data do esbulho e a perda de sua posse.



Ora, as margens da rodovia PR-218 (que liga Planaltina do Paraná a Santa Isabel do Ivaí), numa faixa fixada em vinte e cinco metros de largura, foram consideradas para fins de desapropriação pelo Estado, como "faixa de domínio", através do Decreto nº 2647 (doc. de fls. 14). Assim, pelo Decreto nº 2393, foi também declarada de utilidade pública para fins de desapropriação, a "faixa de domínio" fixada em trinta metros de largura, às margens da rodovia PR 218 - Planaltina do Paraná (doc. de fls. 13).

Pois bem, a posse exercida pelos integrantes do Movimento dos Sem Terra é nova, pois que dita de menos de ano e dia, tendo o autor logrado êxito na comprovação das exigências ditadas pelo artigo 927 do Código de Processo Civil, razão pela qual, com fins no artigo 928 do mesmo estatuto processual, defiro a liminar de reintegração de posse, e determino que se expeça imediatamente o respectivo mandado judicial. Em sendo necessário para o cumprimento da ordem, fica também autorizado o reforço policial.

Efetivada a medida, citem-se todos os integrantes do Movimento dos Sem Terra, que encontram-se acampados às margens da Rodovia PR 218, Km 38+900m a 39+400m, para querendo, ofertarem contestação no prazo de quinze dias, sob as penas da lei.

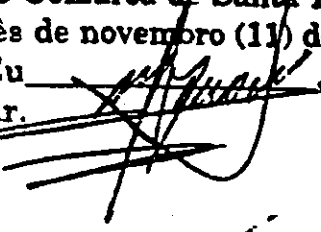
Ciente o Ministério Público.

Intimem-se.

S. Isabel do Ivaí, 1º de novembro de 1995.

(a.) Raul Vaz da Silva Portugal - Juiz de Direito*.

Cumpra-se na forma da lei.

DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Santa Isabel do Ivaí, Estado do Paraná, ao primeiro (1º) dia do mês de novembro (11) do ano de um mil novecentos e noventa e cinco (1995). Eu  Bel. Carlos Miguel Montagnani, Escrivão, que o fiz digitar.


RAUL VAZ DA SILVA PORTUGAL,
Juiz de Direito.

Cartório Cível, Comércio e Anexos

Carlos Miguel Montagnani
Escrivão

Santa Isabel do Ivaí — Paraná

DOCUMENTO V

RELATÓRIO DA POLÍCIA MILITAR
SOBRE A OCORRÊNCIA

POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ
COMANDO DO POLÍCIAMENTO DO INTERIOR
DITAVO BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR
SEGUNDA COMPANHIA

RELATÓRIO DE OCORRÊNCIA POLICIAL

1. FINALIDADE:-

Tem o presente a finalidade de informar a esse Comando o resultado das ações Policial Militar, na Fazenda Saudade, no Município de SANTA ISABEL DO IVAI, em cumprimento à Liminar de Manutenção do Posse exarada pela Dra ELISABETH KHATER, Juíza de Direito da Comarca de LOANDA - PR.

2. DATA/HORA/LOCAL:-

- 08 Nov 95;
- 15:15 horas - Concentração da tropa na Sede da 2ª Cia/89 BPM para Instruções;
- 16:00 horas - Chegada da tropa no local da ocupação dos Sem-terra, na fazenda Saudade;
- 22:00 horas - Conclusão da Operação no local de ocupação, com parcela do efetivo (15 Policiais Militares) permanecendo na sede da fazenda Saudade, para a manutenção do posse até ulterior deliberação superior e os demais Policiais Militares na Sede da 2ª Cia/89 BPM.

3. EFETIVO:-

- 01 Capitão;
- 03 Tenentes;
- 15 Sargentos;
- 23 Cabos;
- 58 Soldados.

4. ARMAMENTO/EQUIPAMENTO:-

- Revolver cal .38, Carabina cal .38, Mosquetão cal 7.62, Bastão de madeira, Coleta a prova de tiro e algemas.

5. MATERIAL DE GUERRA QUÍMICA:-

- 16 Granadas fulmígenas de CN (gás lacrimogêneo), GL 302, as quais foram utilizadas sem retorno do recipiente.

6. UNIFORME:-

- Brim completo,

7. TRANSPORTE:-

- LOANDA - 20-1706, 20-2311, 20-2827;
- NOVA LONDRINA - 20-2826;
- DIAMANTE DO NORTE - 20-2247;
- PARANAVAÍ - 20-2819;
- QUERÊNCIA DO NORTE - 20-2817;
- PORTO RICO - 20-2858.
- TOTAL 08 (OITO) VIATURAS;

Obs - Um onibus fretado da viação Real procedente de PARANAVAÍ.

8. APOIO DA ÁREA DE SAÚDE DA REGIÃO:-

- Hospitais de LOANDA e SANTA ISABEL DO IVAÍ, em prontidão para atendimento aos feridos.
- Duas ambulâncias da Prefeitura do município de SANTA ISABEL DO IVAÍ, para transporte de feridos.

9. COMBUSTÍVEL GASTO:-

- 260 litros de gasolina e 60 litros de álcool.

10. ALIMENTAÇÃO:-

- Almoço em PARANAVAÍ (54 Policiais Militares), ração fria e refrigerante para 100 Policiais Militares em LOANDA.

11. HISTÓRICO:-

- Por volta da 15:15 horas, do dia 08 Nov 95, reunião na Sede da 2ª Cia/89 BPM, com o efetivo Policial Militar empregado na operação, recebendo orientação dos Oficiais quanto ao avanço no terreno, gráfico do local e acessos, leitura da ordem de serviço aos praças e orientação principalmente quanto ao emprego desnecessário de força, que a ação deveria ser comedida, respeitando mulheres e crianças e repelindo iminente violência a integridade física, sempre atentando para não cometerem excessos;
- 15:30 horas deslocamento com o efetivo, em comboio, para o local da operação, onde foram interditados locais extralógicos da rodovia com desvio do tráfego para estradas vicinais;
- 1600 horas o efetivo desembarcou e postou-se na rodovia PR-218 em frente ao acampamento dos sem-terra; os Oficiais de

Justiça com a Ordem Judicial em companhia deste Oficial e do Delegado de LOANDA, fizeram a leitura do documento:

- Que os sem-terra conjecturaram a legalidade e o problema agrário, sendo que foi-lhes transmitido que havia uma pequena área de terra cedida pela Prefeitura municipal de SANTA ISABEL DO IVAI, onde poderiam acampar e que existiam veículos disponíveis para o transporte e que saíssem pacificamente pois a lei deveria ser cumprida;

- Que os sem-terra pediram prazo para se reunirem e que juntamente com todos os acampados deliberariam se saíam pacificamente ou se resistiam, sendo-lhes estipulado duas horas aproximadamente, para a resposta definitiva. Passada uma hora os sem-terra retornaram e foram taxativos dizendo que resistiam e só sairiam com uso da força;

- Por volta das 17:10 horas, ocorreu o deslocamento deste Oficial Comandante da Operação até SANTA ISABEL DO IVAI, para contactar com o Comandante do BD BPM, ao qual informei que a intenção dos sem-terra era resistir e que aguardava ordens superiores para dar prosseguimento à missão de apoio aos Oficiais de Justiça para o cumprimento de Ordem Judicial de desocupação da área e manutenção da posse; após receber a determinação por telefone do prosseguimento com a missão, retornei ao local da operação às 18:20 horas, onde determinei a tropa que estava postada ao longo da rodovia PR-218, KM-5, sentido SANTA ISABEL DO IVAI - PLANALTINA DO PARANÁ, que avançasse usando de meios moderados e sem o uso de arma de fogo, repelisse o ataque e detivessem os mais exaltados, isto reforçando o que os Oficiais já haviam transmitido aos mesmos na reunião às 15:15 horas na Sede da 2ª Cia/BD BPM, com relação ao contido na Ordem de Operação. Os Policiais seguindo ordem lançaram de início granadas fulmígeas de gás lacrimogêneo, na tentativa de dispersá-los e na grande totalidade estas granadas foram arremessadas de volta pelos Sem-terra, pois estavam preparados com panos umedecidos em água com os quais protegiam as mãos e as narinas;

- Que os Sem-terra possuíam várias garrafas contendo gasolina em seu interior, com estopim na ponta, artefato conhecido como "coquetel molotov", os quais arremessavam contra os Policiais Militares, sendo destes a origem do início do incêndio de algumas barracas;

- Que a tropa avançou pela frente e flanco esquerdo, sempre sendo repelidos com ataques a curta distância do sem-terra com foices, enxadas e facões;

- Que mais uma vez tentei o diálogo para que se rendessem e desocupassem a área e que os conduziríamos para local seguro, sempre existindo a negativa, não sendo mais possível o diálogo pois os ânimos estavam exaltados;

- Que avancei com a tropa sempre gritando para que não

usassem força desnecessária e principalmente arma de fogo, no calor da contenda alguns disparos foram ouvidos, não sabendo determinar a origem;

- Um após aproximadamente 30 (trinta) minutos, no Ações Policiais e revide dos sem-terra, resultou nos seguintes ferimentos:

Policiais Militares feridos

- Cb IVO FERREIRA BARROS - hematoma nas costas;
- Sd ODAIR ROBERTO GONZALES DE SOUZA - hematoma no olho direito;
- Sd GÉRSON AIR KRUGGE - hematoma no tornozelo direito;
- Sd MAURO CARLOS MENOTTI - ferimento no dedo anular direito;
- Sd BENEDITO SILVA - ferimento perfuro cortante na perna;
- Sd JOÃO ALVES DA SILVA NETO - ferimento contundente no crânio.

Sem-terra feridos

- PAULO PEDRO DA SILVA - quadro sugestivo de lesão pulmonar por projétil de arma de fogo;
- OLÍVIO DIAS ALMEIDA - ferimento transfixiante com projétil de arma de fogo no abdome;
- GERALDO CHIMELE - ferimento na perna esquerda terço inferior por projétil de arma de fogo;
- JAIR DE QUADRO - fratura no nariz e no molar;
- PEDRO LOPES - ferimento na perna por projétil de arma de fogo;
- PEDRO SOUZA - contusão na perna direita;
- ODAIR MONTINZENSKI - ferimento perfurante no pé esquerdo e perna direita por projétil de arma de fogo;
- SILVIO BATISTA - ferimento perfurante no pé direito por projétil de arma de fogo;
- WILSON BRAUM - ferimento na perna esquerda por arma de fogo e pequeno corte contuso na cabeça;
- JOSÉ PEDRO RHOEM - ferimento perfurante no joelho direito por projétil de arma de fogo e ferimento perfurante no dorso do pé direito;
- MANUEL FERREIRA DOS SANTOS - pequena contusão e escoriação na cabeça e torax;
- EDILSON PEREIRA PEIXOTO - escoriação nas costas e coxa;
- DARCI MENEGASSI - pequena escoriação nas costas e perna;
- PEDRO MOACIR - ferimento perfurante por projétil de arma de fogo no pé direito e contusão na cabeça;
- NEL BATISTA - ferimentos perfurantes na perna direita, coxa direita e esquerda;

Que após contidos os ânimos os feridos foram encaminhados de imediato aos hospitais da região tendo que os menos graves foram medicados em LOANDA e SANTA ISABEL DO IVAÍ e os mais graves em PARANAVAI, onde foram submetidos à cirurgia;

- Os sem-terra além das ferramentas que usavam para a resistência, estavam armados com algumas espingardas, entre cartucheiras e rabo de cotia;

- Que alguns dos sem-terra e possíveis líderes debandaram embrenhando na vegetação existente às margens do riacho Todos os Santos que corta a propriedade e que fica próximo ao acampamento, foram encetadas algumas patrulhas na propriedade com a finalidade de conduzi-los para fora da área, porém sem êxito;

- Os veículos que estavam à disposição para o transporte dos pertences dos sem-terra foram conduzidos ao local com alguns carregadores contratados pelo proprietário;

- Que as barracas foram destruídas e incineradas por iniciativa do proprietário da fazenda, tendo em vista serem madeiras pertencentes à fazenda, colhidas em reserva e margens do riacho;

- Que os utensílios e roupas foram carregados nos caminhões por braçais contratados pelo proprietário da fazenda e que em virtude do adiantado da hora e o número reduzido destes braçais, na iminência de escurecer, os Policiais Militares auxiliaram no carregamento dos pertences dos sem-terra nos caminhões disponíveis, contudo só deslocaram até SANTA ISABEL DO IVAÍ conduzindo os sem-terra por volta das 22:00 horas com todo o efetivo Policial Militar, e por sua vez até a área estipulada pela prefeitura de SANTA ISABEL DO IVAÍ, onde foram descarregados;

- Que determinei que fossem providenciadas ração fria e leite para atender as crianças e mulheres que ficaram na área pré-estipulada;

12. RELAÇÃO DE FERRAMENTAS APREENDIDAS: -

- 35 enxadas;
- 18 cavadeiras;
- 19 machados;
- 18 foices;
- 10 martelos;
- 03 serrotes;
- 01 marreta;
- 01 rastelo.

13. RELAÇÃO DE ARMAS BRANCA, DE FOGO E OUTRAS: -

- 04 espingardas cartucheiras;
- 59 facas e facões;
- 01 bastão duplo interligados por corrente (utensílio de artes marciais);

14. DETIDOS E ENCAMINHADOS A DELEGACIA DE POLICIA MEDIANTE FADO:-

- JOSÉ IRINEU BRAWM; DELFINO JOSÉ BECKER; DAIR LUZIANO DE VARGAS; ALBERTO PASCOALINO CLOTH; ADÃO MACHADO DE MELO líderes dos assentados na fazenda Pontal do Tigre, gleba 29, município de QUERÊNCIA DO NORTE;

- JOSÉ VICENTE COELHO; APARECIDO GONÇALVES; JOÃO CASSIANO DOS SANTOS; MARIO GERALDO DE OLIVEIRA; SILVIO SÉRGIO SILVA DE LIMA;

15. LIDERANÇA ACAMPADOS FAZENDA SAUDADE:-

- EDILSON PEREIRA PEIXOTO; DARCI MENEGASSI; UDAIR MONTINSENSKI; PEDRO SOUZA.

é o relatório



GILBERTO CÂNDIDO DOS SANTOS, Cap QOPM, RG.1.246.584-0
Cmt da 2ª Cia-PM/BR BPM

POICIA MILITAR DO PARANA
COMANDO DO POLICIAMENTO DO INTERIOR
OITAVO BATALHÃO DE POLICIA MILITAR
CAPA PARA TRANSMISSÃO DE FAX SIMILE
NÚMERO DO FAX: 044 - 423 - 1916

DO: COMANDANTE DO BQ BPM/PARANAVAI

AO: SR CMI DO POL. INTERIOR

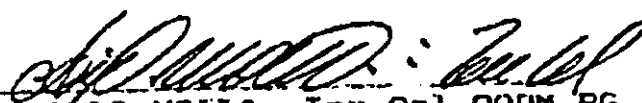
DATA: 10 NOV 95

M E N S A G E M

ASSUNTO: ENCAMINHAMENTO DE RELATÓRIO DE COMISSÃO DE SINDICÂNCIA DE 1 PM.

1. ENCAMINHO-VOS RELATÓRIO DE COMISSÃO DE SINDICÂNCIA, DATADO DE AGO 85, ENVOLVENDO O EX SD EDILSON APARECIDO PEREIRA PEIXOTO, R 3.B83.668, O QUAL NA ÉPOCA FOI EXCLUÍDO A BEM DA DISCIPLINA E MORALIDADE DA TROPA POR ENVOLVIMENTO COM DROGAS, TENDO O MESMO EM 08 NOV 95 PARTICIPADO ATIVAMENTE DO MOVIMENTO DENOMINADO "SEM TERRAS" NO CANTO DA FAZENDA SAUDADE.

2. ENCAMINHO-VOS TAMBÉM CÓPIA DA FICHA DE QUALIFICAÇÃO CORRETIVOS.


LÉO GERALDO MOTTA, Ten Cel OOPM RG 471.812
Comandante do BQ BPM

REQUERIMENTO N° 3388

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUEREM, que seja convidado o Sr. Dirceu Rodrigues, Superintendente Regional do INCRA, Seção Paraná, para debater sobre o despejo dos agricultores sem-terra no Município de Santa Isabel do Ivaí.

Sala das Sessões, em 13.11.95

(aa) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

JOSE MARIA FERREIRA

WALMOR TRENTINI

REQUERIMENTO N° 3389

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUEREM, que sejam convocados o Sr. Luiz Alberto Kuster, Diretor Geral do DER, para explicar o despejo dos agricultores sem-terra no Município de Santa Isabel do Ivaí.

Sala das Sessões, em 13.11.95

(aa) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

WALMOR TRENTINI

REQUERIMENTO N° 3404

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUEREM, a convocação do Sr. Cândido Manoel Martins de Oliveira, Secretário de Segurança Pública, para explicar o despejo dos agricultores sem-terra no Município de Santa Isabel do Ivaí.

Sala das Sessões, em 13.11.95

(aa) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

JOSE MARIA FERREIRA

REQUERIMENTO N° 3405

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUEREM, a convocação do Sr. Gilberto Cândido, Capitão do 8° Batalhão da Polícia Militar do Município de Loanda-PR, para explicar o despejo dos agricultores sem-terra no Município de Santa Isabel do Ivaí.

Sala das Sessões, em 13.11.95

(aa) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

JOSE MARIA FERREIRA

WALMOR TRENTINI

1 ILEGÍVEL

REQUERIMENTO N° 3394

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consig-

nação de votos de pesar à família do Sr. Leonidas Ferreira de Barros, pecuarista, ex-Juiz de Paz, fundador do Sindicato Rural e exerceu a função de Juiz de Direito no Município de Jaguariaíva.

Requer outrossim, que da decisão do douto Plenário seja dado conhecimento à Sra. Lígia Xavier de Barros e Família, na Rua José Gusmão, Cidade Alta, Município de Jaguariaíva-PR.

Sala das Sessões, em 13.11.95

(a) BETO RICHÁ

REQUERIMENTO N° 3385

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja registrado nos Anais desta egrégia Casa de Leis, votos de congratulações ao casal Sra. Nilza e Silvio C. Merlo, por ocasião de celebrarem Bodas de Prata, no último dia 4 de novembro, em cerimônia realizada na Igreja Matriz de São Pedro Apóstolo, em Pató Branco.

Do aprovado, requer ainda, seja enviada cópia ao casal Nilza e Silvio C. Merlo.

Sala das Sessões, em 13.11.95.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de família tradicional de Pató Branco, que desfruta de grande prestígio e respeito junto à sociedade patobranquense.

Nesses 25 anos de enlace matrimonial, o casal é reconhecido pela simpatia e carisma junto a seus amigos e parentes.

REQUERIMENTO N° 3386

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado, na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Município de Mangueirinha, pela passagem de seus 49 anos de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, Miguel Carlos Roberto Aguiar, ao vice-Prefeito Senhor João Dorine, bem como a todos os Senhores Vereadores, para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de Mangueirinha.

Sala das Sessões, em 13.11.95.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

É com muito orgulho que a laboriosa população de Mangueirinha vê transcorrer no próximo dia 30 de novembro, a data magna do seu município.

Cabe a nós, como representante da região, levarmos nosso caloroso abraço de

felicitações àquela população que não mede esforços em prol do progresso cada vez mais crescente do município.

Ao comemorar seus 49 anos de emancipação política, Mangueirinha continua sendo a mesma cidade aberta e hospitaleira, caminhando a passos largos em direção do desenvolvimento, ao progresso, rumo ao objetivo maior que é o de proporcionar cada vez mais, melhores condições de vida ao povo honesto e trabalhador daquela região.

Com esta proposição, parabenizamos o nosso amigo e atual Prefeito de Mangueirinha, Miguel Carlos Roberto Aguiar, que apesar de todos os problemas por que passa a Nação, vem conseguindo superar as dificuldades com o trabalho diuturno e contando com o incondicional apoio da Câmara de Vereadores e de sua dedicada população.

REQUERIMENTO N° 3387

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos anais da Sessão de hoje, voto de congratulações aos Senhores Mimmo Mambrini e Same Saabe, dirigentes da Fazenda Onça Parda Ltda., alusivos à realização do Dia de Campo, no último dia 11 do corrente.

Requer ainda que do presente se dê ciência aos homenageados, através de correspondência a ser encaminhada à Rodovia Campo Mourão - Iretama, km 12, em Campo Mourão / PR.

Sala das Sessões, em 13.11.95.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 3390

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, se faça consignar na Ata dos trabalhos da presente Sessão, um voto de regozijo pelo transcurso do 25° aniversário de fundação do Lions Clube de Nova Esperança.

Requer, outrossim, que da decisão desta Casa seja dado ciência ao homenageado.

Sala das Sessões, em 13.11.95.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

JUSTIFICATIVA:

Fundado em 07 de novembro de 1970, o Lions Clube de Nova Esperança está comemorando nesta mês o seu Jubileu de Prata.

Para marcar a passagem de seu 25° aniversário, estará realizando amanhã uma reunião festiva.

São inegáveis os benefícios que o Lions Clube de Nova Esperança tem proporcionado ao município, comandando importantes movimentos que visam a prestação de serviços à comunidade.

É de justificativa que possa receber a

solidariedade e as mais efusivas congratulações desta Assembléia Legislativa, razão que justifica plenamente esta nossa proposição.

REQUERIMENTO N° 3391

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto Plenário, se faça consignar na Ata dos trabalhos da presente Sessão, de um voto de regozijo pela passagem do 44° aniversário de emancipação política do Município de Mandaguaçu.

Requer outrossim, que da decisão desta Casa seja dado ciência ao Senhor Prefeito e ao Presidente da Câmara Municipal do município homenageado.

Sala das Sessões, em 13.11.95.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

JUSTIFICATIVA:

O Município de Mandaguaçu foi fundado pela Companhia de Terras Norte do Paraná, recebendo inicialmente as denominações de Vila Guaíra e Governador Lupion.

Antes de ser elevado à categoria de município já era conhecido pelo nome de Mandaguaçu.

A elevação à categoria de Município ocorreu em 14 de novembro de 1951, através da Lei Estadual sob o n° 790.

Mandaguaçu teve como seu primeiro Prefeito Municipal o Dr. Arahay Ferreira de Siqueira.

Segundo a história do Paraná, os primeiros moradores de Mandaguaçu foram os Senhores Toti Rodrigues, Santo Lonardoní, João Angelim, José Braz e Durvalino de Matos Medrado, que teria sido o primeiro comerciante do município.

REQUERIMENTO N° 3392

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto Plenário, se faça consignar na Ata dos trabalhos da presente Sessão, de um voto de regozijo pelo transcurso do 34° aniversário da instalação do Município de Uniflor.

Requer outrossim, que da decisão desta Casa, seja dado ciência ao Senhor Prefeito Municipal e à Câmara de Vereadores do município homenageado.

Sala das Sessões, em 13.11.95.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

JUSTIFICATIVA:

Pertencendo ao Município de Nova Esperança, Uniflor foi elevado à categoria de Distrito, através da Lei n° 62, de 29 de maio de 1954.

Em 25 de janeiro de 1961, através da Lei Estadual n° 4338, Uniflor foi elevado à categoria de município, desmembrando-se

de Nova Esperança.

A instalação do Município de Uniflor ocorreu no dia 15 de novembro de 1961, tendo o seu primeiro Prefeito eleito, sido o Sr. José Ayres Sobrinho.

A família uniflorense, registramos as nossas congratulações pela passagem de tão importante data na história do município.

REQUERIMENTO N° 3393

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, se faça consignar na Ata dos trabalhos da presente Sessão, um voto de regozijo pela passagem do 34° aniversário de instalação oficial do Município de Atalaia.

Requer outrossim, que da decisão desta Casa seja dado ciência ao Senhor Prefeito Municipal e ao Presidente da Câmara Municipal do município homenageado.

Sala das Sessões, em 13.11.95.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

JUSTIFICATIVA:

Atalaia, de acordo com a Lei n° 1524, de 14 de dezembro de 1953, foi elevado à categoria de Distrito pertencente ao Município de Nova Esperança.

A 25 de julho de 1960, pela Lei Estadual n° 4245, foi elevado à categoria de Município, desmembrando-se de Nova Esperança.

A instalação oficial do município ocorreu no dia 15 de novembro de 1961.

REQUERIMENTO N° 3395

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação de votos de congratulações ao Colégio Bom Jesus, pelo seu Primeiro Centenário de Fundação.

Requer, outrossim, que da decisão do douto Plenário, seja dado conhecimento ao Senhor Diretor Paulo Cunha, na Rua 24 de Maio, 135 - CEP 80230-080 - Curitiba / PR.

Sala das Sessões, em 13.11.95.

(a) BETO RICHA

JUSTIFICATIVA:

Raros estabelecimentos de ensino, no Paraná e no Brasil, marcaram tão profundamente a história da educação, quanto o Colégio Bom Jesus, cujo Primeiro Centenário de Fundação agora transcorre.

Por suas salas de aula, passaram algumas das mais expressivas lideranças de nosso Estado: governantes, políticos, empresários, profissionais liberais, intelectuais.

A dedicação sem limites dos franciscanos, alicerçada em sólidos princípios religiosos e morais, não poderia passar despercebida dos que tiveram a ventura de es-

tudar no tradicional colégio.

Só estas duas razões justificam o presente voto de congratulações.

REQUERIMENTO N° 3396

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido em Ata dos trabalhos do Poder Legislativo votos de congratulações e aplausos, ao Sr. Cônsul Geral do Japão, Yoshinori Nuimura, pela passagem do centenário de amizade entre o Brasil e o Japão.

Requer outrossim, seja dado ciência desta decisão ao Sr. homenageado no seguinte endereço: Mal. Deodoro, 630, Conj. 1804, Centro, Curitiba-PR, CEP: 80.010-912.

Sala das Sessões, em 13.11.95

(a) CEZAR SILVESTRI

JUSTIFICATIVA:

Este requerimento está sendo feito, tendo em vista a comemoração do centenário de amizade Brasil/Japão, transcorrido neste mês de novembro, como forma do povo paranaense render homenagens a um tratado tão profícuo em prol do bem-estar dos dois povos; no Brasil e principalmente no Paraná, a presença destacada de empresas vem gerando riquezas e empregos, participando no desenvolvimento de nossa economia.

REQUERIMENTO N° 3400

Senhor Presidente.

O Deputado que a presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, REQUER envio de votos de congratulações à direção e funcionários da Herbitécnica pelas comemorações dos 25 anos de atuação no mercado nacional de herbicidas.

Requer ainda o envio desta à Herbitécnica, Rua João Cândido, 70, Londrina-PR.

Sala das Sessões, em 13.11.95

(a) JOSÉ TAVARES

JUSTIFICATIVA:

A empresa londrinense Herbitécnica inaugurou dia 10 de novembro de 1995 seu novo laboratório de pesquisa e novas unidades de fábrica, como parte das comemorações pelos seus 25 anos de atuação. Com um investimento de carga de 600 mil dólares, o laboratório de última geração representa um avanço em termos de agilidade nos procedimentos de pesquisas, no desenvolvimento de novas sínteses e irá aprimorar o controle de qualidade sobre os produtos desenvolvidos pela Herbitécnica.

Participando com 4,5% do mercado nacional de herbicidas e ocupando o 12° lugar no ranking nacional das empresas líderes do mercado é uma das empresas que vêm colaborando para o desenvolvimento da Região Norte do Paraná.

REQUERIMENTO N° 3402

Senhor Presidente.

Observadas as disposições regimentais e o que prescreve o artigo 55 da Constituição Estadual, o adiante nominado com assento nesta Casa, REQUER à Mesa, seja oficiado ao Secretário de Estado da Administração, solicitando ao mesmo que preste informações à Assembléia Legislativa sobre a possibilidade de fornecer um veículo Kombi para o Conselho Tutelar do Município de Pinhã, tendo em vista que o trabalho dessa entidade no atendimento aos menores está sendo prejudicado por falta de estrutura.

Os deslocamentos dos membros do Conselho Tutelar se tornam difíceis sobretudo em se relevando que o referido município tem grande extensão territorial e maior parte dessa área é rural.

A efetividade do trabalho do Conselho Tutelar depende de estrutura e sem recursos, aquela organização não tem condições de levar a termo, com sucesso, todas as respectivas iniciativas no intuito de atender os menores e adolescentes que necessitam dessa assistência.

Sala das Sessões, em 13.11.95

(a) EMERSON NERONE

REQUERIMENTO N° 3398

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente ao Sr. Secretário de Estado Especial da FUNDEPAR, solicitando uma Kombi para o transporte escolar dos alunos da escola do Distrito de Boa Vista, no Município de Prudentópolis, neste Estado.

Sala das Sessões, em 13.11.95

(a) PÉRICLES DE MELLO

JUSTIFICATIVA:

A escola do Distrito de Boa Vista atende mais de trezentos (300) alunos, da 1.^a a 8.^a série. Atualmente conta com um ônibus para o transporte escolar, porém o mesmo é insuficiente para atender às necessidades daquela escola.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 481/95

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica criado o Município de Foz do Jordão, desmembrado do Município de Condói, com os seguintes limites e confrontações:

"Inicia-se no Km 404,7 da Rodovia BR-373 que liga a BR-277 a Pato Branco; deste ponto segue por linha perimétrica cruzando um banhado até a nascente do cór-

rego denominado Talaveira, segue acompanhando o referido córrego pela margem direita no sentido descendente, confrontando com o Município de Condói no sentido Sudoeste até o Rio Jordão; deste segue pela margem direita do referido Rio, agora confrontando com o Município de Pinhã, no sentido Sudoeste até o Rio Iguaçu; deste segue pela margem direita do referido Rio, agora, confrontando com o Município de Mangueirinha, no sentido Sudoeste até o Km 427 da BR-373, cabeceira da ponte que liga Condói à Mangueirinha, deste segue pela referida Rodovia no sentido Noroeste, confrontando com o Município de Condói até o Km 404,7 da Rodovia BR-373 onde iniciou-se e encerra a presente descrição".

Perímetro Urbano

Iniciando o marco 0=PP cravado nas confluências de terras pertencentes a Cristiano Wollff e margem direita da Estrada Municipal GA 520 sentido BR-373/Segredo, deste marco segue com o azimute AZ 113°33' 57" e distância de 380,41m, confrontando com Cristina Wollff até o marco n° 01; deste segue com AZ 206°17'05" e distância de 89,56m, até o marco n° 02, com AZ 206°22'56" e distância 112,62m, até o marco n° 04, com AZ 291°22'29" e distância 124,57m, até o marco n° 05, com AZ 193°02'35" e distância 494,41m, até o marco n° 07, com AZ 94°36'38" e distância 291,06m, até o marco n° 08 todos confrontando com o Reflorestamento Morro Verde (Trombini); deste segue com AZ 183°16'14" e distância 261,60m, até o marco n° 09, AZ 190°50'19" e distância de 199,93m, até o marco 10, AZ 271°17'53" e distância de 53,99m, até o marco n° 11, AZ 281°44'57" e distância de 92,53m, até o marco n° 12, AZ 180°46'15" e distância de 167,57m, até o marco 13, todos margeando a Estrada de acesso ao Aeroporto e confrontando com Vinícios Reis e outros; deste segue com o AZ 217°39'34" e distância de 157,44m, até o marco n° 14, com AZ 269°07'37" e distância de 82,85m, até o marco n° 15, com AZ 183°19'05" e distância de 287,84m, até o marco n° 17, com AZ 346°37'47" e distância de 310,45m, até o marco n° 18, com AZ 281°39'43" e distância de 289,99m, até o marco n° 19, com AZ 270°45'13" e distância de 137,91m, até o marco n° 20, todos confrontando com João Maurina, deste segue com AZ 329°56'17" e distância de 90,92m, até o marco n° 21, com AZ 330°19'30" e distância de 613,98m, até o marco n° 22, confrontando com Aldino Hittinger; deste segue com AZ 327°31'52" e distância de 101,96m, até o marco n° 23, com AZ n° 328°52'43" e distância de 92,99m, até o marco n° 25, com AZ 38°58'25" e distância de 309,56m, até o marco n° 26, AZ 49°23'25" e distância de 94,37m, até o

marco n° 27, com AZ 33°37'40" e distância de 81,99m, até o marco n° 28, com AZ 37°44'13" e distância de 501,94m, até o marco n° 29, todos confrontando com Zalmir Farias e outros; deste segue com AZ 105°15'51" e distância de 128,98m, até o marco n° 30, com AZ 103°36'41" e distância de 115,53m, até o marco 31, com AZ 99°54'02" e distância de 68,90m, até o marco n° 32, todos confrontando com Walter Pflanzner, deste segue com AZ 82°00'20" e distância de 343,26, até o marco n° 33, com AZ 359°16'10" e distância de 199,61m, até o marco n° 34, com AZ 124°08'30" e distância de 61,55m, até o marco n° 35, confrontando com Idavino Possamas, e finalmente deste segue com AZ 110°48'25" e distância de 196,59m, confrontando com Cristiano Wollff até o marco n° 0=PP, onde iniciou-se e encerra-se a presente demarcação.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.11.95

(a) CEZAR SILVESTRI

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei que visa criar o Município de Foz do Jordão, vem materializar o que foi decidido pelo plebiscito realizado naquela localidade no último dia 22.

O projeto de resolução aprovado nesta Casa cumpria todos os requisitos exigidos pela Lei Complementar n° 56/91, sendo plenamente legal e constitucional a criação do novo Município.

PROJETO DE LEI N° 482/95

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarado de Utilidade Pública o Núcleo Espírita Universitário, com sede e foro no Município de Londrina, Estado do Paraná.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.11.95

(a) EDUARDO TREVISAN

JUSTIFICATIVA:

Fundado em 1984, congregando alunos e professores da Universidade Estadual de Londrina, o Núcleo Espírita Universitário vem cumprindo importante papel social na divulgação do Espiritismo, especialmente no estudo dos seus aspectos científicos.

Por esta razão foi declarado de Utilidade Pública Municipal pela Lei n° 6.307, de 28 de setembro de 1995.

Como comprova documentação em anexo, a entidade atende aos requisitos da Lei n°

6.994, de 10 de janeiro de 1978, podendo se habilitar à declaração de Utilidade Pública Estadual, para o que solicitamos o apoio dos ilustres Pares nesta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI N° 483/95

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Brasileira de Esclerose Múltipla, com sede e foro em Curitiba - Paraná.

Art. 2° - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.11.95.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

JUSTIFICATIVA:

A Associação Brasileira de Esclerose Múltipla - Paraná, foi fundada em 31 de maio de 1990, CGC n° 40.453.755/0001-66, com registro de títulos e documentos no 4° Ofício sob o n° 1479 do livro "A", e desde sua fundação tem trabalhado para a realização de seus objetivos. Para tanto, tem realizado reuniões mensais no sentido de manter seus associados permanentemente informados sobre os tratamentos mais atualizados no Brasil e no mundo.

PROJETO DE LEI N° 484/95

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Padre João Roberto Ceconello, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.11.95.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Fundada em 20 de junho de 1994, com sede e foro nesta Capital, a Associação Padre João Roberto Ceconello é pessoa jurídica de direito privado com organização e funcionamento disciplinados em estatuto próprio registrado junto ao Cartório de Registro de Títulos e Documentos do 1° Ofício desta Capital, em conformidade com as exigências da Lei n° 6015, de 31 de dezembro de 1973.

A Associação tem caráter filantrópico e sua finalidade precípua é dar assistência a doentes não hospitalizados, residentes em outras cidades, na forma de albergagem, oferecendo alimentação, condições de higiene e tratamento de saúde, além de desempenhar outras tarefas elencadas no artigo 2° do seu estatuto.

Conforme poderá ser verificado pelos documentos que seguem apensos ao presente projeto de lei, a entidade preenche todos os requisitos legais para declaração de Utilidade Pública, sendo importante destacar o mérito da associação para tal reconhecimento, decorrente da seriedade do trabalho com pessoas carentes, portadoras de diversas patologias, entre as quais o câncer e a AIDS.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Requerimento de autoria do Senhor Deputado César Seleme, constante do expediente, solicitando votos de congratulações e aplausos, ao Senhor Cônsul Geral do Japão, Yoshinori Nuimura, pela passagem do centenário de amizade entre o Brasil e o Japão. **Aprovado.**

A Mesa designa os Deputados César Seleme, Neivo Beraldin, Deputado Canto, para introduzirem Sua Excelência em Plenário.

De acordo com o requerimento do Deputado Seleme, vamos dedicar quinze minutos em homenagem ao Japão e ao Cônsul.

Concedo a palavra ao Vereador Júlio Ando.

O SR. JÚLIO ANDO - Excelentíssimo Senhor Presidente, Deputado Anibal Khury; Senhores Deputados Estaduais, Senhoras e Senhores.

Gostaria de ser bastante breve, e inicialmente agradecemos a deferência especial desta Casa Legislativa que nos deu a honra de neste momento fazer uma rápida mensagem em comemoração ao centenário da amizade entre Brasil e Japão. Exatamente dia 05 de novembro de 1895, Brasil e Japão assinavam o tratado de amizade e navegação. Esses 100 anos que comemoramos neste ano, representam os 100 anos de evolução crescente e constante entre os dois povos, tanto é que no Brasil hoje se encontra radicada a maior comunidade japonesa do mundo fora do Japão. E essa marca de 100 anos trouxe frutos em todos os segmentos de nossa sociedade brasileira, tanto na política, como no mundo empresarial, na economia, no mundo social e no mundo cultural.

E gostaríamos de solicitar que o requerimento do Deputado César Seleme fosse também consignado em Ata e nos Anais desta Casa os votos de congratulações a esse tratado tão profícuo que até hoje tem trazido e engrandecido Brasil e Japão.

É essa, Senhor Presidente, a mensagem rápida que gostaria que fosse aqui gravada e registrada nos Anais desta Casa de Leis.

Agradecemos em especial o Deputado César Seleme por ter criado essa oportunidade, ao nosso Presidente, Deputado Anibal Khury, e a todos os Parlamentares, que com carinho nos deram esta oportunidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Cônsul Geral do Japão, Senhor Yoshinori Nuimura.

O SR. YOSHINORI NUIMURA - (Lê): "Excelentíssimo Senhor Anibal Khury, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná; ilustres Deputados estaduais, Senhoras e Senhores.

Sinto-me sumamente honrado em poder ocupar esta tribuna e proferir algumas palavras perante os representantes do povo paranaense.

Antes de mais nada, gostaria de expressar, em nome do Governo do Japão e do meu próprio, o sentimento de profundo agradecimento pela manifestação de congratulações da Assembléia ao ensejo do Centenário de Amizade entre o Japão e o Brasil, que ora os dois governos vêm festejando com muito brilho, esse marco histórico no relacionamento dos nossos dois povos.

Para a comemoração do centenário, foi criada no Japão uma comissão organizadora. Considerando a importância desta efeméride, tomou posse como Presidente de Honra do Centenário de Amizade a Sua Alteza, o Príncipe Herdeiro Naruhito.

E, no Brasil, através do decreto presidencial, foram oficializados os comitês Honorário e Executivo da Comissão Organizadora, presididos pelos Senhores Marco Antonio de Oliveira Maciel, vice-Presidente da República e Luiz Paulo Lindemberg Sette, ex-Embaixador do Brasil no Japão, respectivamente.

No dia primeiro deste mês, foi realizada em Tóquio, a cerimônia comemorativa com a presença de Sua Alteza, o Príncipe Herdeiro Naruhito; o Senhor Marco Maciel, vice-Presidente da República, representando o Governo do Brasil e outros representantes de diversos setores de ambos os países.

No dia 9, também do corrente mês, foi celebrada em Brasília, a cerimônia oficial do Governo do Brasil, a qual assistiram o Presidente Fernando Henrique Cardoso e a Princesa Sayako da Família Imperial.

No Brasil, a Comissão Organizadora, cujo centro é o Itamaraty, está encarregada de planejar as atividades afins. Paralelamente, em cidades como São Paulo, Rio de Janeiro, Manaus, Belém, Recife, Porto Alegre e outras, de acordo com a situação de cada localidade, vêm sendo realizadas diversas programações, através de consulados gerais, e organizações da comunidade nipo-brasileira, câmaras de indústria e comércio e outras entidades.

Aqui no Estado do Paraná, foi também organizada a comissão do Centenário de Amizade Brasil-Japão, presidida pelo Sr.

Kenji Oda, comissão esta muito prestigiada por ter como Presidente de Honra o Senhor Jaime Lerner, Governador do Estado.

Dentre as atividades comemorativas planejadas e que vêm sendo executadas no Paraná, destacam-se apresentações de música, concurso estadual de ensaios e monografias, exposição artística, simpósio e seminários com os temas de interesse comum para ambos os povos e plantio de araucárias. Este último com a participação de crianças e estudantes nipo-brasileiros, pode ser considerado como um dos mais oportunos para a comemoração do centenário das relações oficiais entre os dois países. Além destes projetos, está sendo planejado também outro de caráter permanente, como a construção de monumento comemorativo. Todos os projetos já realizados e a serem implementados daqui em diante, vêm recebendo o apoio total das autoridades estaduais, municipais e também do povo em geral do Paraná.

Não poderei deixar de expressar nosso profundo agradecimento por este apoio contínuo.

Senhor Presidente,

Permita-me agora fazer uma breve referência às relações históricas entre o Japão e o Brasil.

As primeiras negociações entre o Japão e o Brasil para o estabelecimento de relações diplomáticas oficiais, foram realizadas em 1880. O Contra-Almirante brasileiro Artur S. da Mota passou pelo Japão no caminho de volta da China, e manteve conversações no Ministério do Exterior do Japão sobre o Tratado Nipo-Brasileiro. Dois anos depois, 1882, o Ministro brasileiro Eduardo Calado, também na viagem de regresso da China, passou pelo Japão, onde manteve novas negociações para estabelecer as relações diplomáticas entre os dois países.

Na sequência desses episódios, os entendimentos para a celebração do Tratado se intensificaram na década de 1890, estimulado pelo interesse originado por questões de migração. O Japão tinha uma necessidade premente de encontrar países para receber seus emigrantes.

No Brasil, por sua vez, com uma população que não passava ainda de 15 milhões de habitantes, a falta de mão-de-obra era sentida em todo o país. Em São Paulo, nas fazendas de café, era imensa a demanda pelos imigrantes.

Dentro desse cenário, em 5 de novembro de 1895, foi firmado em Paris, o Tratado de Amizade, de Comércio e de Navegação.

O Tratado abriu o caminho aos japoneses para imigrarem ao Brasil e o primeiro grupo de imigrantes chegou a este País em 1908. Até 1993, totalizavam-se em aproxi-

madamente 240 mil os japoneses que vieram ao Brasil como imigrante. A comunidade nipo-brasileira no Brasil conta atualmente com cerca de um milhão e trezentos mil, número este que excede a dos Estados Unidos.

Foi em 1916 que os primeiros japoneses chegaram ao Paraná fixando-se predominantemente no Norte do Estado, onde enfrentaram as matas virgens na abertura de novas fronteiras agrícolas e hoje o Paraná possui uma expressiva comunidade de cento e cinquenta mil nipo-brasileiros, em maioria, de segunda e terceira geração.

Por outro lado, atualmente vivem no Japão em torno de 170 mil brasileiros, de acordo com as estatísticas oficiais, sendo a maioria deles descendentes japoneses trabalhando como 'dekassegui'. Eles enviam em média anual quase dois bilhões de dólares. Estão estimados em 30 ou 40 mil os 'dekasseguis' paranaenses no Japão.

Senhor Presidente,

Com a celebração do Tratado, que ensejou a imigração de japoneses ao Brasil, e a cooperação econômica em diversas áreas, as relações entre os dois países evoluíram favoravelmente e tornaram-se extremamente amistosas. Particularmente nas décadas de 60 e 70, observou-se intenso interesse, nos círculos público e privado, em impulsionar as relações de mútua cooperação, através de investimentos do setor privado e grandes projetos de cooperação econômica. Contudo, na década de 80, com os graves problemas econômicos enfrentados pelo Brasil, como a questão da dívida externa e as altas taxas de inflação, as relações entre os dois países entraram em compasso de espera. Por esta razão, o Centenário oferece uma excelente oportunidade para revitalizar essas relações de cooperação.

A mútua confiança e amizade resultantes do acelerado processo de integração dos imigrantes japoneses e seus descendentes na sociedade brasileira, bem como o intercâmbio que vem se realizando em inúmeros setores, têm despertado um crescente interesse, tanto no Japão como no Brasil, pelos costumes e pela cultura de cada um dos povos. Nesse contexto, é extremamente oportuna a realização de eventos culturais, em ambos os países, porquanto esses eventos vêm de encontro a esse anseio de mútuo conhecimento.

O objetivo das comemorações não é apenas resgatar a história centenária do relacionamento entre o Brasil e o Japão, mas também tentar visualizar os próximos cem anos, e envidar esforços para aumentar cada vez mais as relações existentes entre as duas nações.

O Brasil, um dos principais países da América Latina, é para o Japão um país

muito importante, não apenas nas relações bilaterais, como também na qualidade de parceiro na sociedade internacional. Assim sendo, tem para o Japão uma enorme significância incrementar no futuro as relações de cooperação entre os dois países.

Para finalizar, expressei o meu agradecimento a todos, especialmente ao Deputado Cesar Seleme pela iniciativa que proporcionou esta oportunidade e, ao mesmo tempo, faço votos para que as comemorações do Tratado de Amizade venham a aprofundar o conhecimento mútuo e a amizade entre os dois povos, e que essas relações sejam cada vez mais consolidadas pelas futuras gerações de japoneses e brasileiros."

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Presidência agradece a presença do Cônsul Geral do Japão Senhor Yoshimori Nuimura e sua comitiva, e quer reafirmar os traços de amizade que ligam o Brasil ao Japão há mais de cem anos.

O progresso paranaense e brasileiro deve muito à colonização japonesa, por isso nossos agradecimentos ao Japão e à sua gente.

Designo a mesma Comissão para acompanhar Sua Excelência até o Salão Nobre, onde receberá os cumprimentos.

Concedo a palavra ao Senhor Deputado José Tavares.

O SR. JOSÉ TAVARES - Senhor Presidente, nobres colegas.

Recentemente, esta Casa aprovou um requerimento de nossa autoria pedindo aos Líderes dos diferentes Partidos com a Sede no Congresso Nacional e ao Senhor Ministro da Justiça Nelson Jobim apoio para a criação através de um projeto de lei do Tribunal Regional Federal com sede aqui em Curitiba.

Na oportunidade este requerimento recebeu apoio unânime desta Casa e as lideranças nacionais foram comunicadas desta decisão. Me somo também nesta luta que não é de agora, ao Jornal Gazeta do Povo e à Ordem dos Advogados do Brasil seção do Paraná.

Na semana passada, representando esta Casa, fui à Brasília, Senhor Presidente, nobres colegas, e tive um encontro com o Senhor Ministro da Justiça Nelson Jobim, e na oportunidade conversava com Sua Excelência a respeito desta reivindicação da população que vem de alguns anos para cá lutando pela descentralização da Justiça Federal, vem conseguindo este seu intento com a instalação de varas em Londrina, em Foz do Iguaçu, em Maringá e mais precisamente agora com o advento da descentralização da Justiça a nível nacional a partir da Constituição de 88 que criou vários Tribunais Regionais Federais sediados em

algumas das mais expressivas regiões deste País, o Paraná por uma questão de justiça e de mérito veio postular também o direito de sediar aqui em Curitiba o Tribunal Regional Federal.

Então, Senhor Presidente, foi extremamente oportuna a nossa conversa com o Ministro da Justiça, ele nos disse que dará todo o apoio, que estará conosco nesta luta, cumprimentou, inclusive pediu-me que cumprimentasse os Deputados, a Assembleia Legislativa por essa iniciativa e me sugeriu que mantivesse contato com o Presidente do egrégio Superior Tribunal de Justiça com sede na Capital da República. Porque a iniciativa, de acordo com a Constituição é do Superior Tribunal de Justiça, nesse sentido, Senhor Presidente, nós estamos formalizando um pedido ao Superior Tribunal de Justiça bem como a todos os Ministros que compõem o Conselho da Magistratura Federal, no sentido de mostrar a Sua Excelência a importância para o Paraná de ter aqui sediado nesta Capital o Tribunal Regional Federal desmembrado do Tribunal Regional Federal sediado em Porto Alegre.

Poderíamos nós aqui do Paraná, até ficarmos com a Jurisdição até o Estado de Santa Catarina e com isso nós estaríamos bem contemplados e a sociedade paranaense a nível de 3º grau, de 2º grau melhor dizendo, estaria bem contemplada com a instalação de um Tribunal Regional Federal aqui na nossa Capital.

Portanto, Senhor Presidente, quero neste momento registrar o apoio do Ministro da Justiça a tese, a luta da Gazeta do Povo, da Ordem dos Advogados do Brasil e da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

E quero dizer aos nobres colegas, que senti no Senhor Ministro da Justiça - com a experiência que temos, nas relações que travamos durante longos anos com os Tribunais Superiores em Brasília - dizer que acho que é bem provável, e quase que certo, que vamos convencer os Ministros que compõem o colendo Superior Tribunal de Justiça, com sede em Brasília, na direção, no sentido de instalarmos aqui no Paraná, na Capital do Estado do Paraná, um Tribunal Regional Federal a nível de 2º grau.

Com isso, todas as decisões da Justiça Federal, com sede em Curitiba, com sede em Londrina, em Foz do Iguaçu, em Maringá, ou onde quer que se encontre a Justiça Federal, a nível de primeira instância, teria com segunda instância para analisar todos os procedimentos da Justiça Federal Brasileira, no âmbito da nossa jurisdição, no Tribunal Regional Federal, que deverá ser instalado com sede em Curitiba, a partir do envio de uma mensagem, nesse sentido ao Congresso Nacional, por intermédio do Tribunal Superior de Justiça. Acho que é uma

notícia extremamente positiva para nós do Paraná, da descentralização da Justiça a nível de segundo grau.

E quero, nesta hora, registrar isto aqui nos Anais da Casa, porque sem dúvida alguma, além de ser uma vitória, não só da campanha da Gazeta do Povo, que a OAB do Paraná vem liderando, mas sobretudo é, sem dúvida alguma, uma vitória desta Casa, que vem se posicionando na defesa de conquistas tão importantes, tão expressivas, quanto esta da criação e da instalação de um Tribunal Regional Federal, com sede na nossa capital.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Deputado Irineu Colombo.

O SR. IRINEU COLOMBO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Há pouco tempo atrás, o nosso Presidente da República, enquanto vendia o Brasil no exterior, foi surpreendido com o massacre de Corumbiara. Enquanto estava na Europa, os repórteres da grande imprensa internacional não mais questionavam sobre a estabilidade do Brasil; não mais se questionavam sobre as oportunidades de investimentos no Brasil, e sim, porque nesta terra tão grande, onde tem propriedades em que não se produz absolutamente nada, aqueles que desejam produzir são tratados à bala, são massacrados.

O SR. CEZAR SILVESTRI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, gostaria só que o nobre orador pudesse repetir o início de suas palavras, quando ele dizia que o Presidente estava vendendo o Brasil no exterior, é isso?

O SR. IRINEU COLOMBO - Vendia a imagem do Brasil.

Nesse momento se transformou toda aquela comitiva que tentava atrair investimentos, fazer a propaganda do Brasil, vender a imagem do Brasil lá fora, se transformou num ato ridículo perante a comunidade internacional.

E a pergunta sempre caía sobre esta questão, dos agricultores serem tratados à bala, serem massacrados. E um dos assessores, numa conversa informal, disse aos jornalistas: "Olha, infelizmente lá, a questão da reforma agrária está na esfera federal e o cumprimento da justiça se dá na esfera de Comarca, praticamente municipal e lá procuramos cumprir a ordem judicial". E aí o repórter falou: "Mas não existem alternativas para o cumprimento desta ordem judicial, diante de um problema que é não uma transgressão pura e simples da lei, mas é um problema que é social e então tem que se encontrar alterna-

tivas, e já que o problema é social, alternativas políticas, para se cumprir uma demanda judicial".

Não consegue entender porque é que essas coisas aqui no Brasil, um país pobre, não são tratadas com esse cuidado. O cidadão retrucou e disse: "Mas lá, ordem judicial não se discute, se cumpre. Mesmo porque uma parcela da comunidade encontra as ocupações dessas terras". De outro lado, a pessoa indignada: "Por que as pessoas são contra a ocupação de uma terra que não produz nada, absolutamente nada? Por que haveria de ser favorável, se a pessoa tem propriedade, se ela está produzindo, ela deveria ser favorável à ocupação daquela terra para produzir, como ele exemplarmente o faz, ou a população urbana não quer que aquele cidadão saia da área rural para competir com ele a busca de emprego na cidade. Então, não entendo que uma parcela razoável da comunidade, lá no Brasil, apoie esse tipo de coisa".

Muito bem. Passou-se essa vergonha social lá fora.

Vou levantar uma outra história para os Senhores: quando eu era professor de escola primária, os alunos, quando brigavam no recreio, a principal argumentação infantil, evidente, com toda aquela inocência toda, era: "Ele empurrou primeiro, ele xingou primeiro" e não estava em questão a contenda, mas colocou-se e coloca-se sempre em questão, na ingenuidade da defesa, a simples provocação. "Se um não quer, dois não brigam". Era sempre a resposta do professor.

Aqui no Paraná, de certa forma, estamos com essas duas análises prontas para serem feitas, quando trata-se da desocupação violenta e à bala, em Santa Izabel do Ivaí, patrocinada e assumida a responsabilidade publicamente pelo Governo do Estado do Paraná.

Aqui no Paraná, me parece que o Governo quis dar uma mostra exemplar para até intimidar qualquer movimento de ocupação. Tudo leva a crer que esta ação violentíssima do Governo do Estado do Paraná foi premeditada.

Senhor Presidente, encerro em um minuto.

Esse assunto de Santa Izabel do Ivaí, e a comissão composta por alguns Deputados que acompanhei, se não provar em seus levantamentos corretos e não serem desmentidas muitas das informações passadas pelo Senhor Secretário de Segurança na imprensa, tudo leva a crer que foi uma ação premeditada e armada e temos vários e vários itens a serem abordados, a serem questionados. Um dos itens é: Por que pediu reintegração de posse? Qual é a motivação que só naquele momento recuperou a posse? Outra pergunta: Por que, em 12 horas, a juí-

za decretou a manutenção de posse? Por que o Governo do Estado do Paraná não agiu da mesma forma na fazenda de Nova Cantu, onde a situação era pior, porque só existia um laudo do INCRA? Nessa fazenda existia um decreto presidencial de reconhecimento de interesse social para fins de reforma agrária, a área.

Estas perguntas têm que ser dirigidas e o Governo do Estado tem que responder. Como o tempo é curto, voltarei amanhã, no restante desta argumentação, deste questionamento.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deputado Carlos Simões com a palavra.

O SR. CARLOS SIMÕES - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Venho a esta tribuna entristecido. Hoje pela manhã, ao abrir o Jornal do Estado, de circulação estadual, observei uma colocação destemperada, imprópria, do ex-Governador do Rio de Janeiro, Leonel Brizola, que taxou a Polícia Militar do Paraná de bando de jagunços e de nazistas, pela causa do entrevero que vive em Santa Izabel do Ivaí.

Sem entrar no mérito da questão, sobre culpa, sobre intenção ou não, o que não aceitamos é que "peru de fora" venha se intrrometer aqui, em questões estaduais. Ele que vá cuidar da polícia mais corrupta e mais podre do Brasil, que é do Rio de Janeiro. Ele não é exemplo e nem parâmetro, para dar opinião sobre a polícia do Paraná, que apesar de tudo, pelos baixos soldos que ganham, a polícia do Paraná, desempenha um papel extraordinário, tem a função social elogiável, e se há de entrever, na hora da desocupação dos sem-terra alguém comandou, alguém mandou. Não saiu da cabeça de um Brizola, do soldado, do cabo, do sargento. Quem é o grande comandante da Polícia do Paraná? É o seu Governador, que é também do PDT.

Então, Leonel Brizola, o Senhor tem que dobrar a língua, para falar do Paraná.

Paraná, apesar dos problemas que tem, ainda é exemplo para o Brasil, de coisas boas. Ainda é exemplo de polícia, para o Brasil inteiro. Apesar das dificuldades orçamentárias, o baixo salário, da mentira pregada na polícia civil, retiraram o TIDE da Polícia Civil. Mas ainda assim a polícia é boa. E raramente se vê, um policial envolvido com tráfico, com briga, com entreveros maiores.

Veja o Rio de Janeiro. O que o Senhor fez? Só coisa errada. Exemplo nefasto para o Brasil. Quero registrar, como Deputado Estadual, já que não vi do Palácio Iguaçu, posição do Paraná, dali parece que não era covardia, também.

Posiciono-me como Deputado, já me po-

sicionei, como comunicador pela CNT a nível nacional. Tem que respeitar o Paraná. E o Brizola numa referência, para falar de polícia, chamar o cotidiano do policial de nazista, rapaz, de jagunço. Está trabalhando cumprindo com a sua obrigação, sem mandado, enfrentando.

Vocês sabem, os Senhores sabem que os sem-terra, também, têm violência, também, são orientados. Aqui e acolá. Não é moleza, não. É guerra, é briga. É ou não é? Vá lá em São Paulo, Pontal do Paranápanema, aqui no Paraná. É dura a parada.

Ele vindo com a cara de pau, chamar a Polícia Militar do Paraná de nazista, de bando de jagunços. Ele que vá corrigir então, o seu Governador, que é do seu partido. Ele que é o comandante maior.

Registro aqui, como Deputado, como paranaense de natureza e de coração, não aceito "peru de fora", vir dar opinião indevida e inadequada. Primeiro, tem que cuidar do seu telhado, que aliás, é telhado de vidro.

O Rio de Janeiro hoje, infelizmente, não é ponto de referência para o Brasil em quase nada, porque lá, a polícia está corroida, corrompida, dando exemplo mau, para o mundo inteiro. A imagem do Brasil, principia-se de ser vendida através do Rio de Janeiro.

Obrigado, Senhores Deputados, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra, o Deputado Péricles Mello.

O SR. PÉRICLES DE MELLO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Acho que não havia pior momento para o Deputado Carlos Simões, atacar Leonel Brizola que este. Acho, que a função de cada Deputado desta Casa de Leis, é lamentar este episódio truculento, esta violência terrível que foi cometida pela Polícia Militar do Paraná, contra pobres trabalhadores, mulheres grávidas e crianças, que nada mais fazem, repito, nada mais fazem do que buscar um pedaço de chão para plantar e sobreviver com o mínimo de dignidade. Mas a Polícia Militar, Srs. Deputados, os soldados da Polícia Militar, são trabalhadores que ganham mal e também sofrem as consequências desse modelo injusto, como soldados, obedecem ao comando como sempre foi o regime militar.

Não são eles os culpados, os culpados são: em primeiro lugar, o Governo do Estado do Paraná, através da figura do seu governador, que é o Comandante Maior da Polícia Militar e das suas ações, particularmente no que se refere a ações coletivas.

Em segundo lugar, é o Secretário de Segurança Pública deste Estado, que mos-

trou mais uma vez a sua truculência com o episódio Grupo Tigre em Mal. Cândido Rondon, o seu delírio pela morte, pelo terror. Este sim, deve ser acusado por Leonel Brizola de facista, porque o espírito do facismo se alojou neste governo num momento em que a morte é comemorada ao invés de ser lamentada socialmente. A morte, mesmo que de bandidos, é comemorada como se fosse uma festa cívica.

Vamos pensar o que aconteceu em Israel, para verificar o que é defesa de direitos humanos, por mais que se condene ações do Exército Israelense. Quando um fanático assassina o principal dirigente daquele país, a bala, o povo inteiro chora, nas ruas esse assassinato. Mas, a polícia, não dá um tapa sequer no rosto do bandido e o protege, para que seja julgado pelos Tribunais daquele país.

Aqui, acontece exatamente o contrário. Tenho que lamentar, porque na quarta-feira, mais ou menos às 18 horas da tarde, o companheiro Bardu, Secretário do PT no Paraná e Assessor do Deputado Colombo, foi à minha sala, havia recebido um telefonema do Movimento Sem-Terra, pessoas estavam desesperadas, dizendo que estava na iminência de acontecer um despejo violento em Santa Isabel do Ivaí, na Fazenda Saudades.

Imediatamente telefonamos e conseguimos conversar pessoalmente com o Comandante da Operação. Perguntava ao Comando se era verdade que cem policiais militares estavam se dirigindo à Fazenda Saudades para realizar o despejo de 46 ou 50 famílias sem-terra e ele me corrigiu dizendo que não eram cem eram noventa e seis policiais militares que estavam se dirigindo para lá, que ele tinha ordens do Secretário de Segurança para fazer o despejo e que se eu quisesse evitar esta questão que me dirigisse e telefonasse ao Secretário de Segurança.

Foi o que fiz imediatamente. Telefonei para a Secretaria de Segurança, me atendeu o Chefe de Gabinete do Secretário, dizendo que o Secretário havia se dirigido ao Palácio Iguazu. Liguei ao Chefe de Gabinete do Governador Jaime Lerner e consegui conversar com o Coronel Mainguê, Comandante da Polícia Militar, solicitando a ele algumas coisas: que ele impedisse que o despejo fosse realizado, que montaríamos uma Comissão de Deputados, imediatamente iríamos para a área conversar com os sem-terras, junto com os dirigentes do Movimento Sem-Terra, arrumaríamos uma área para que as pessoas ficassem, aquelas famílias e evitaríamos desta forma o despejo violento, saberíamos que convenceríamos aquelas famílias que lá estavam.

O Comandante da Polícia disse que só o Secretário poderia dar tal ordem, que havia voltado à sua Secretaria e me telefo-

naria logo após. Liguei de novo para a Secretaria, o mesmo Chefe de Gabinete disse que o Secretário não havia chegado, pegou meu telefone e tão logo o Secretário chegasse ligaria ao Gabinete desse Deputado para tentar dialogar e achar uma solução pacífica para o conflito.

Liguei mais algumas vezes, e para mim ficou claro que não interessava ao Secretário de Segurança conversar com quem quer que fosse, porque a sua decisão já estava tomada e tenho que perguntar por quê.

Porque é que conflitos mais graves como esse de Laranjal, o Deputado Irineu Colombo, esteve no Palácio Iguazu e conseguiu a negociação?

Porque justamente quando se trata de apenas 46 famílias, num caso muito particular, porque essas famílias estavam a beira das rodovias. Para onde vão os deserdados da terra? O ser humano não pode morar suspenso no ar, em algum lugar ele tem que ficar.

Na Índia, as pessoas que não têm casa, moram no meio da rua e brigam umas com as outras pelo seu lugar na rua, porque em algum lugar a pessoa tem que viver.

Para onde vão os sem-terras? Haviam ocupado uma fazenda improdutiva por Decreto do INCRA no começo deste ano. Quando houve uma Ordem Judicial, saíram evidentemente, da terra, inclusive recebendo, roupas, comida do próprio INCRA, que dizia aos sem-terras que ia ser desapropriada a área, que ficasse próxima à fazenda.

Agora, nem no terreno público, às margens de uma rodovia pode ficar? Causa espanto, Srs. Deputados, que o relatório do Palácio Iguazu, diga que o Governo estava preocupado que crianças fossem atropeladas na rodovia.

Ora, pasmem. Um Governo que se preocupa, a tal ponto que crianças sejam atropeladas, sendo que seus pais e suas mães estão ali para cuidá-las, manda a Polícia Militar invadir com tiro, cacetete, atacar com bomba de gás lacrimogêneo, famílias indefesas? É o facismo implantado desde o início entre nós.

Me recordo, da vez que subi a esta Tribuna, depois que esta Assembléia Legislativa fez uma Sessão Solene para entregar medalhas aos Policiais do Grupo Tigre e começaram de um discurso dizendo, que era mais fácil consentir e calar, mas não podíamos fazer sempre isso. Não podíamos aceitar aquele ato vil, que aconteceu tanto a nível do Executivo como a nível dessa Assembléia, fazendo apologia da morte, mesmo que seja de bandidos.

E começava dizendo e repetindo um grande cineasta italiano Pazolini que dizia: "Infeliz da sociedade que precisa de nós".

Há um nexo comum entre os dois atos, a não ser quem não gosta de ver com profundidade as coisas que acontecem no mundo, que gosta de ficar no senso comum, pode não ver que existe um nexo entre as duas coisas. É preciso esconder o sofrimento, as desigualdades, fazendo primeiro apologia da morte, apologia da violência, matando bandidos, fazendo grandes carnavais.

Depois que a consciência popular está acostumada com esta visão facista do mundo, esta ideologia facista implantada no Governo, tenta se transformar o sem-terra em bandido, busca-se a rara exceção, se é que existe, de um trabalhador dizendo que foi expulso há não sei quantos anos atrás, da Polícia Militar, que fazia parte do comando sem-terra...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O tempo de V. Exa. está encerrado.

O SR. PÉRICLES DE MELLO - Uso o horário da Liderança do PT.

Uso uma exceção, para tentar descaracterizar mais uma vez, um Movimento justo. Ao invés de o Governador ir à televisão, ir à imprensa, junto com o Secretário lamentar o que ocorreu, o Secretário mais uma vez de forma truculenta diz que a Polícia agiu com razão, mente sobre os sem-terras, sendo que nenhum policial se feriu, parece que dois ou três policiais com ferimentos leves, mas não, ao invés de lamentar essa violência contra trabalhadores, se tenta fazer mais uma vez apologia à violência.

Achamos que, um Governador como Jaime Lerner, conhecido internacionalmente por sua visão, pelo menos do ponto de vista simbólico, urbanista de cidade, grande urbanista que é, ele não pode ficar mais no governo, como um xerife, que gosta de sair por aí, fazendo carnaval e mandando a sua polícia para fazer o que ela bem quer principalmente contra humildes trabalhadores.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI - Sr. Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Anibal Khury, membros da Comissão Executiva, Srs. Deputados.

Na quinta-feira passada em Sessão da Assembleia Legislativa tomamos conhecimento dos fatos ocorridos na Fazenda de Romeu Mascarelo que está em nome da sua filha hoje, de 16 anos de idade, Deibi Mascarelo.

Tomamos conhecimento de uma ação de despejo e de providências que foram toma-

das pela Polícia Militar do Estado do Paraná para proceder ação judicial.

Na quinta-feira da semana passada este Poder aprovou requerimento de vários Deputados constituindo uma Comissão Especial para que se dirigisse na mesma quinta-feira à localidade de Santa Isabel do Ivaí para colher depoimentos, e apurar e investigar os fatos lá ocorridos.

Srs. Deputados, vou proceder uma breve leitura do relatório final da Comissão Especial composta pelos Deputados: Basílio Zanusso, indicado pelo PFL, e que não encontrado não pôde comparecer àquela localidade; o Deputado Luiz Claudio Romanelli indicado pelo PMDB; pelo Deputado José Maria Ferreira indicado pelo PSDB; pelo Deputado Walmor Trentini indicado pelo PDT; pelo Deputado Ângelo Vanhoni do PT; e além disso esta Comissão contou com a presença do Deputado Irineu Colombo.

As principais constatações desta Comissão são as seguintes (Lê):

"As informações e as notícias a respeito do episódio de Santa Isabel do Ivaí hoje circulam neste final de semana nas telas de televisões do mundo inteiro.

A CNN fez um documentário de três minutos que passou na Europa toda. As manchetes dos principais jornais do Brasil, como a 'Folha de São Paulo', 'O Globo', 'JB' e o 'Estado de São Paulo' noticiaram o episódio.

O Presidente Fernando Henrique, numa solenidade acompanhado do Ministro José de Andrade Vieira e do Superintendente do INCRA José Graziano, fez uma observação pública contra a violência impingida aos trabalhadores sem-terra no Estado do Paraná."

Tenho certeza, Senhores Deputados, que este procedimento por parte da Secretaria de Segurança Pública e pela Polícia Militar entristece a todos os paranaenses. O Governo Jaime Lerner, no mesmo momento que manda à Assembleia Legislativa um pedido de empréstimo ao Banco Mundial, para se fazer assentamento de famílias de bóias-frias, num total de 50 mil famílias no Estado do Paraná, com as vilas rurais, garantindo uma casa, garantindo 500 metros quadrados para trabalhadores bóias-frias terem condições dignas de sobrevivência, diz para a Assembleia Legislativa e para o povo do Paraná que está tomando ações no sentido pelo menos de melhorar os problemas sociais graves do campo, permite que a Polícia Militar, em 47 famílias, que teve como pivô de toda esta ação cruel e turbulenta, de um atentado contra os direitos humanos, que o DER um órgão do Estado do Paraná, que tenho certeza que o Secretário de Estado dos Transportes, Senhor Deni Schwartz estava e está atônito pelo que lá aconteceu, não tinha conhecimento por par-

te do DER do que está sendo feito.

Quero deixar este testemunho porque Deni Schwartz é um Secretário de Estado que tem sensibilidade social e se tivesse sido avisado, se soubesse do que estava sendo tramado, se soubesse que o Senhor Luis Alberto Küster foi visitado na segunda-feira da semana passada pelo proprietário da fazenda, acompanhado de seu advogado para pressionar o DER para que entrasse com uma petição na justiça, obrigando a mandar uma liminar de despejo das margens da rodovia esta situação não teria acontecido no Estado do Paraná.

É preciso fazer essa ressalva. Agora o que é mais grave, Senhores Deputados, o Estado do Paraná não pode deixar impune os atos acontecidos em Santa Isabel do Ivaí. Versões múltiplas do que aconteceu lá circulam nos bastidores da política em nosso Estado. Já vieram me dizer de que era necessário uma ação exemplar por parte da Polícia Militar contra os trabalhadores sem-terra. Tentam toda a hora, desde as primeiras declarações na imprensa, criminalizar a luta dos trabalhadores sem-terra. O Deputado que me antecedeu segue a mesma linha de raciocínio.

Lembremos, e muitos de vocês estavam aqui anos atrás e Vossa Excelência, Presidente Anibal Khury, era primeiro Secretário desta Assembléia, quando os professores numa ação na praça aqui na frente do Palácio Iguaçu foram vítimas de violência por parte de um Secretário de Estado e de um Governo. Naquela oportunidade a versão que passou para a população era de que os professores estavam infiltrados de baderneiros que queriam fazer agitação política, de que criminosos também estavam fazendo agitação política contra o Governo. Até incriminaram pessoas que vieram de São Paulo naquela oportunidade.

Nós sabemos e o povo do Paraná sabe o que aconteceu de fato na praça na frente do Palácio Iguaçu contra os professores, e os governantes daquela época, pagaram o preço. O Governo do Estado do Paraná, e o governador não podem cair nas mesmas argumentações de sempre, daqueles que optam pela ação da violência contra a negociação.

Não é princípio do Governador, e ele tem afirmado insistentemente, mas as suas afirmações a respeito de que o Estado do Paraná e o Governo vão procurar ações negociadas, deve ter uma realização concreta. Não pode permitir que o Secretário de Segurança Pública, tome para si para dirimir conflitos sociais graves no Estado do Paraná, como é o conflito dos trabalhadores sem-terra, que não surge hoje, no Governo do Estado Jaime Lerner, mas é um conflito existente há muitos anos na sociedade brasileira, fruto da concentração

fundiária. Ou se tem esta visão, do problema maior que é a Reforma Agrária, como o próprio Governo Federal está tentando, ou não se tem esta visão. E o Governo do Estado tem que ter um entendimento, de que os conflitos de terra devem estar com uma determinação do Governo, para solução desses conflitos, e não transferir as responsabilidades do Governo do Estado, a um Secretário, e a um Comandante-Capitão das forças de operação no interior do Estado.

São graves as afirmações do Secretário Cândido Martins de Oliveira. Pasmem, meus Senhores, de tanto cada um de nós assistir as turbulências; de tanto cada um de nós assistir a miséria no nosso País, não podemos perder a capacidade de nos indignar, e o Secretário de Segurança Pública, mais do que perder a sua capacidade de se indignar contra a violência, está estimulando o povo do Paraná a proceder da mesma maneira. Há uma declaração dele, que temos em mãos e pode ser anexado nos documentos, gravado nas televisões do Estado do Paraná. A Polícia Militar, Deputado Romanelli, não atirou para matar, atirou apenas nos joelhos, nas coxas, nos pés e nas mãos.

Como se esta argumentação legitimasse a ação da Polícia Militar em Santa Isabel do Ivaí. É tão grave esta afirmação, quanto os atos ocorridos lá. O Secretário de Segurança Pública não poderia em hipótese alguma aceitar que os policiais, o Estado corresse o risco de deixar os trabalhadores sem-terra, para o resto da vida aleijados nas suas mãos, nas suas pernas. Não é o preço da morte. Ao preço da morte não temos que pagar, ficar inválidos e não poder trabalhar o resto da vida. É grave a situação, tanto é grave que as imagens que lá aconteceram e que hoje frequentam a consciência do povo brasileiro todo, falam mais do que qualquer relatório. São mentirosas as afirmações do Secretário de Segurança, quando afirma que os sem-terra estavam em atitudes de guerrilhas obstruindo a via pública. É mentira. Os sem-terra estavam a quatro meses acampados às margens da rodovia.

Mais ainda, as contradições existentes nos documentos, relatórios assinados pelo próprio comando da Polícia Militar demonstram que as ações de violência partiram por iniciativa da tropa ordenada em fila, e avançando lentamente disparando 15 bombas de gás lacrimogênio. É esse o relatório da Polícia Militar. Tentam ainda dizer, que lá tinha duas pessoas que têm propriedade rural.

Deputados, Senhoras e Senhores, se lá tinha duas pessoas com propriedade rural, é lógico que todos nós condenamos. Se lá tinha alguma pessoa com responsabilidade por crime, por tráfico, qualquer coisa, é

lógico que todos nós condenamos, mas isso não justifica a ação violenta por parte da Polícia Militar, mas alguns dados precisam ser relatados, para demonstrar como esta ação não foi uma ação simples de obediência a uma ordem judicial. Há algo maior do que isso. Há algo maior do que a simples obediência a um mandado expedido pela juíza. Há uma ação concatenada, deliberada, premeditada pelas forças policiais para atender interesses, únicos e exclusivos e privados de uma propriedade, que pelo INCRA, não é dirigido pelo Partido dos Trabalhadores, o INCRA não está ideologicamente comprometido, o INCRA é um organismo do Governo e estava sob a orientação do Ministro José de Andrade Vieira, quando decretou a sua vistoria e que aquela propriedade estava apta para fins de reforma agrária. Por isso, não são verdadeiras aquelas informações que o Governador recebeu e que muitos aqui receberam de que a área é produtiva. É uma inverdade. Toda uma série de informações tentaram difundir na opinião pública paranaense para justificar uma ação de tamanha natureza brutal.

A área é improdutiva. Aqui está o documento do INCRA. O proprietário tem 29 fazendas. Esta, ele transferiu para a sua filha Mascarello, de 16 anos, para que entrasse na justiça, para contestar o laudo do INCRA e abrir o processo de litígio judicial que teria dois anos de prazo para ser dirimido.

Pergunto, o Estado do Paraná sabe que a área em litígio já tinha sido vistoriada, sabe que há o atestado do INCRA, sabe que são apenas 47 famílias? Como é que o Estado do Paraná permite que um fazendeiro pressione o Senhor Luiz Alberto Küster para vir despejá-lo das margens da rodovia? Aonde o Governo está com a cabeça? O que justifica isso e que foi o pivô de todo o processo? Os trabalhadores estavam tranquilos às margens da rodovia.

Deputado Augustinho Zucchi, argumenta-se que os trabalhadores e suas crianças poderiam pôr em risco, ali quando atravessavam a rodovia, de um acidente sério. Ora, mas será que se o Estado estava preocupado com a vida das crianças, com o bem-estar das famílias, se é esse o entendimento do Estado e do Governo e acho que deve ser, será que é essa a solução que vamos encontrar, com 13 feridos à bala? Um recebeu um tiro pelas costas e perfurou o seu pulmão. Outro recebeu um tiro no abdômen e se os policiais só tinham autorização para atirar nas pernas e nos joelhos, eu só posso entender de que esse que recebeu o tiro no abdômen estava de joelhos, estava no chão.

Então, Senhores Deputados, nós não podemos aceitar impunemente esta ação por parte da Polícia Militar.

Concedo aparte ao Deputado Plauto Miró.

O Sr. Plauto Miró - Deputado Vanhoni, escuto o seu pronunciamento, o seu relatório final, seu e da comissão que o acompanhou e sinto que o Senhor coloca as palavras muito bem. Vemos e acompanhamos aqui o relatório, fiz uma leitura rápida e nele vi que vocês não escutaram a outra versão. Vocês, Deputados que fizeram parte desta Comissão, trazem meramente o que vocês ouviram daqueles lá que estavam ocupando uma faixa do DER, daqueles que, a partir disso, tiveram uma decisão judicial para dali saírem e sei que o Prefeito Municipal da cidade tinha cedido uma área para que aquelas pessoas saíssem e fossem acampar nessa área do município.

Vejo que vocês colocaram meramente a posição dos trabalhadores, a posição que considero real, que esses sem-terra estavam ocupando nessa faixa de estrada. Saiu uma medida judicial, para eles saírem, desocuparem esta área, o Prefeito Municipal cedeu a área e eles não ocuparam essa área cedida e retornaram para a antiga área aonde eles haviam ocupado anteriormente.

Veja bem, a Polícia Militar cumpriu a sua função, se foi violento ou não foi, não quero entrar no mérito. O Poder Judiciário determinou, e eles cumpriram aquilo que foi determinado pelo Poder Judiciário.

Vejo que, vários Deputados, do Governo anterior que apoiaram, fizeram parte, também, desta Comissão. E o Governo anterior em inúmeras vezes o ex-Governador não fez, fez acontecer as decisões do Poder Judiciário. E hoje, vem esse relatório final, votado por unanimidade como todos estão de acordo, de que foi uma barbaridade. Coloquei então no mérito, se foi violento, se deveria ser feito, se não deveria. Sei que o Poder Judiciário determinou, a polícia cumpriu.

Quero aqui falar, também, em nome do DER em nome do Secretário de Transporte, da Diretoria do DER, que, pediu para que as famílias saíssem, dessa faixa do DER, porque era perigoso. Eles estavam em cima do encostamento, aonde crianças ali, estavam correndo sério perigo de vida. Enfim, foi uma posição da qual considero legal, da qual considero correta, que o Governo do Estado do Paraná, tomou.

Agora a questão da violência, vi no relatório também, que os policiais foram armados, segundo o que consta aqui. Mas, os sem-terra, também, estavam armados. Esta garrafa de gasolina não servia para abastecer o lampião de querosene, com certeza, nobre Deputado, e pelo que saiu pela imprensa, eles usaram as armas contra os policiais também.

Quero que se esclareça em Plenário, perante todos os Deputados, a realidade, porque a outra versão, não está aqui. Está meramente a versão dos trabalhadores e da polícia.

O SR. ÂNGELO VANHONI - Quero dizer, que o Secretário de Segurança junto com o Deputado Algaci Túlio, estiveram lá na área no mesmo horário que estávamos. O Capitão Gilberto Candido foi chamado por nós, para prestar depoimento e se recusou a prestar depoimento. Não compareceu.

Escutamos como consta do relatório, o cabo, o oficial de justiça e um sargento, e anexamos no nosso relatório, a versão da Polícia Militar e a sua descrição de todos os fatos. A versão que Vossa Excelência fala, da outra parte, está no relatório, com todos os documentos assinados pelo comandante da operação e pelo comandante da região. Então, estamos trazendo aqui, todos os documentos que foram relatados.

O que eu falei aqui é exarado desses depoimentos e do relatório da Polícia Militar.

Com a palavra o Deputado Luiz Claudio Romanelli.

O Sr. Luiz Cláudio Romanelli - Ouvi com muito interesse o relato que Vossa Excelência faz e é na verdade fidedigno. Ele é a síntese do que lá estivemos e viajamos especialmente a Santa Izabel do Ivaí, Loanda, Paranavaí, eu, Vossa Excelência, o Deputado Trentini, o Deputado José Maria Ferreira, o Deputado Irineu Colombo, que nos acompanhou, enfim, aqueles que participaram o horror que foi assistir o dia seguinte da devastação que a Polícia Militar do Paraná, que é uma instituição que sempre nos orgulhou, me envergonhou profundamente de ver, quando uma polícia sem controle, age de forma brutal, violenta, contra o direito do cidadão, o direito da pessoa humana.

Na verdade, o que assistimos em Santa Izabel do Ivaí, Deputado Rossoni, é um ato que qualquer cidadão paranaense pode ser vítima, quando não há controle sobre a Polícia. Noventa policiais fortemente armados, sem preparo, para executar esse tipo de trabalho que era na verdade da negociação e não é verdade, de se armarem como se fossem para a guerra e premeditadamente, até porque mobilizaram ambulâncias, médicos. Na verdade, espancaram cruelmente e atiraram em trabalhadores alenados, depois destes já estarem dominados.

E a garrafa de cerveja, Deputado Plauto, que Vossa Excelência se refere, possivelmente tenha sido consumida por uma autoridade estadual, que tem se notabilizado pelo destempero verbal com que age, achando que nós, Parlamentares, o povo para-

naense é idiota, porque ele mesmo, se não autorizou a operação, pelo menos assumiu aquela vergonha que o Paraná na verdade assistiu e que mundialmente as imagens correm, mostrando a violência e a selvageria da Polícia Militar.

Por isso que não há, Deputado Vanhoni, não há atitude que possa se justificar, Deputado Plauto, sobre qualquer título, a violência que aquelas crianças, mulheres grávidas, homens e mulheres, sofreram em Santa Isabel do Ivaí.

Dizem que é proprietário da terra o Senhor Olívio e o Senhor Paulo Pedro. Na verdade, a Comissão de Justiça, anexou aqui as certidões que foram oferecidas a ela. Estão aqui, cada um deles é proprietário de um lote de 300 metros quadrados na Cidade de Loanda, na periferia da Cidade de Loanda. Estão aqui os documentos, como estão aqui os documentos coletados junto ao Comando da Polícia Militar. Todos os documentos e todos aqueles que quisessem, falaram para esta Comissão e esta Comissão age suprapartidariamente e o seu relatório preliminar que é ofertado e vai ser ofertado, Senhor Presidente, a cada um dos Senhores Parlamentares.

Foi uma coleta fiel, num trabalho que fizemos coletivamente, aonde o relato de cada um que era ouvido, era na verdade descrito com as suas próprias palavras. A Comissão não impetrou nada, Deputado Valdir Rossoni, ela se limitou, única e exclusivamente a apurar e a investigar os fatos pelos motivos que ela foi constituída.

Por isso, o relato que o Deputado Vanhoni faz, é absolutamente fiel e rigorosamente segue o que aconteceu em Santa Isabel do Ivaí. E passo a Vossa Excelência, ao Deputado Algaci Túlio, antes que façam aqui brilhantes defesas, com a capacidade de argumentação que Vossas Excelências possuem, mas que faço uma reflexão para que não afundem ainda mais o Governo do Senhor Jaime Lerner. E que não comprometam o Governador do Estado, que fique o Secretário Cândido, que assumiu publicamente a desastrada operação com a responsabilidade do que ocorreu e que não se comprometa o Governo Jaime Lerner, que pretende soluções pacíficas para os conflitos sociais. Com essa ação desastrada da Polícia Militar de Santa Isabel do Ivaí.

Agradeço a Vossa Excelência pelo aparte.

O SR. ÂNGELO VANHONI - Com a palavra, o Deputado Valdir Rossoni.

O Sr. Valdir Rossoni - Quero dizer a Vossa Excelência que até o pronunciamento do Deputado Romanelli, eu estava tranqüilo,

procurando também tomar pé da situação.

Conversei com Vossa Excelência na hora do almoço e Vossa Excelência sentiu o meu posicionamento. Mas me preocupou muito o posicionamento do Deputado Romanelli. Ele fez um argumento que temos que levantar e que não pode ser levantado assim vagamente. Ele disse que aquela garrafa jogada poderia ser uma garrafa de cerveja, com conteúdo com álcool, de uma autoridade paranaense. Acho que aí estamos entrando no campo do discurso fácil, e não chegaremos a lugar nenhum.

O Deputado Romanelli foi brilhante no final do seu discurso, quando eximiu o Governador Jaime Lerner dessa questão, porque não passa pela minha cabeça, que os Senhores Deputados que realizaram esse relatório, possa passar pelas cabeças de Vossas Excelências que é vontade do Governador.

Agora nós, Deputado Romanelli, com todo o respeito que lhe tenho, acho que Vossa Excelência terá que dizer o nome da autoridade que jogou e estava fazendo uso do álcool naquele momento, porque a Polícia Militar que estava lá, não era a Polícia Militar do Governador Jaime Lerner, não era a Polícia Militar do Governo Requião, era a Polícia Militar do povo paranaense.

E não podemos, e não quero aqui de forma nenhuma, fazer a defesa deste ato, mas quero fazer a defesa, porque tenho certeza, que de ambos os lados, lá tinha pessoas idôneas, corretas, e que merecem o respeito de todo o povo brasileiro e do povo paranaense.

Agora, dizer que uma autoridade, praticamente insinuou que uma autoridade estava alcoolizada. Gostaria, Senhores, que fosse incluído no relatório, o nome desta autoridade. Tenho certeza absoluta, de que o Governador Jaime Lerner não vai titubear, e vai demitir no exato momento que receber a comprovação dos Senhores Deputados.

Tenho aqui, procurei aqui, ouvindo Vossa Excelência, Deputado Vanhoni, pelo respeito que adquire nos seus pronunciamentos, fazer aqui no horário do PDT, o posicionamento do PDT, sobre esse episódio, o posicionamento do PDT sobre o posicionamento do ex-Governador Leonel Brizola. Mas, deixo esta parte para quando me pronunciar no horário da Liderança do meu partido.

Mas, gostaria de pedir a Vossa Excelência, que fosse incluído nesse relatório, o nome das autoridades que estavam fazendo uso do álcool, num momento tão grave do cenário da política paranaense, porque senão, vamos aqui começar a distorcer um relatório que deve ser sério, e começar a jogar para a torcida, num momento em que temos que usar da nossa inteligên-

cia, da nossa capacidade de sermos lúcidos, tranquilos, para investigar os fatos.

Vou dizer a Vossa Excelência o seguinte, Deputado Vanhoni: só não concordo com um ponto do vosso relatório.

Acho que está sendo precipitada a conclusão. Estamos condenando antes de ouvir o outro lado. Podemos até deduzir que o outro lado esteja errado, e que pessoas devam ser punidas, mas temos obrigação de ouvir o outro lado.

Temos obrigação de ouvir as pessoas que pediram ação na Justiça, temos que ouvir o Juiz que deu a Ordem de Despejo, temos que ouvir o Comandante da Polícia Militar, temos que ouvir o Secretário de Segurança, antes de condenar. Porque condenar é muito fácil.

Teria aqui, e depois falo sobre essa questão, diversos episódios para citar como exemplo, quando se condenou sem se investigar, e isso é preocupante e quero dizer a Vossa Excelência que participo da preocupação, mas ainda não tenho conclusão.

O SR. ÂNGELO VANHONI - A Liderança do PSC me forneceu o horário.

O Sr. Valmor Trentini - Permite um aparte, Deputado Vanhoni?

O SR. ÂNGELO VANHONI - Já permito o aparte, Deputado Valmor Trentini.

Gostaria de dizer ao Deputado Valdir Rossoni, que é exatamente essa a preocupação dos Deputados Romanelli e Rosinha.

Gostaria de responder o aparte do Deputado Valdir Rossoni, se Vossas Excelências me concederem esta possibilidade.

O Sr. Valdir Rossoni - Deputado Vanhoni, gostaria de um aparte, se fosse possível. Gostaria de ouvi-lo.

O SR. ÂNGELO VANHONI - Deputado Valdir Rossoni, essas preocupações, nós, da Comissão, também temos, de não acusar, de não ter uma decisão final, tanto é essas conclusões que a Comissão Especial está apresentando estamos relatando para a Assembléia toda, para o Poder Legislativo, queremos mandar cópia para o Governador do Estado, e estamos solicitando a presença do chefe do INCRA, a presença do Juiz, a presença do Comandante da Polícia, da operação, a presença do Secretário de Segurança Pública e a presença também do Luiz Antonio Küster, para vir trazer esclarecimentos à Assembléia Legislativa.

Coloco esse relatório como a decisão final aprovado pela Assembléia Legislativa, é o relatório que a Comissão Especial está apresentando aos Deputados e reque-rendo ainda mais informações, tanto é que

estamos solicitando a presença de todos esses membros que V. Exa. falou.

O Sr. Walmor Trentini - V. Exa. me concede um aparte?

(Assentimento)

Deputado Vanhoni, nós que participamos junto com V. Exa. e os demais Deputados desta Comissão Especial, que foi criada e constituída nesta Casa com o objetivo específico de buscar a verdade sobre os fatos ocorridos na desocupação da Fazenda Saudades, e naturalmente sem uma conotação política, sem uma conotação ideológica que esta Casa, como um Poder Legislativo fazedor de leis tem obrigação de fazer com que a verdade prevaleça sobre toda e qualquer outra pretensão.

O relatório final, Deputado Vanhoni, que saiu e que recebemos agora em cima da hora, e que de manhã havíamos conversado a respeito disso, aonde se coloca ali de uma ação premeditada da polícia. Questiono que deveremos alterar isso para uma ação planejada, visto que para se proceder qualquer ato de desocupação há necessidade de se fazer estudos e de se planejar efetivamente quantos homens, de que forma será feita essa retirada, aonde serão colocadas essas pessoas. E, portanto, isso eu entendo como um planejamento e não uma premeditação como foi colocado no relatório.

Também ali hoje pela manhã conversamos a respeito de um depoimento importante que teremos que ouvir, que é exatamente do nosso fotógrafo de Paranavaí, o Guto Costa, esse que conseguiu mandar para todo o país as imagens verdadeiras, as imagens oficiais do conflito. E colhi junto a esse fotógrafo, amigo nosso, pessoa de extrema confiança, que me disse mais ou menos o seguinte depois do conflito e depois das fotos tiradas: "Eu só condeno a polícia no caso de algum excesso cometido após a prisão de alguns dos sem-terras, porque o resto da polícia teve muita paciência, porque chegou lá às 16:00 horas". Foi lido ali o mandado da justiça como consta no nosso relatório, foi pedido ali um tempo para se reunirem e dizer se efetivamente desocupariam de forma voluntária ou não, e nesse curto, num curto espaço de tempo, antes mesmo das duas horas, o Movimento dos Sem-Terra decidiu que iria resistir ao ato de desocupação e que não iriam amigavelmente desocupar a Fazenda.

Disse ainda o fotógrafo que até ele próprio, ele tem fotografias, já requisitei isso, de um certo arsenal que tinham ali os do Movimento Sem-Terra, com certeza não produzido pelos trabalhadores, mas por alguém estranho que ali naquele meio estava.

Então, o Capitão também, Gilberto, que procuramos no destacamento de Loanda, não

que ele se negou a depor, mas não foi localizado naquela noite, e eu também na sexta-feira, sábado e domingo não consegui localizá-lo em Paranavaí, e é interessante que essa Comissão ouça também o Capitão que comandou essa operação. E aí sim, após a oitiva de mais essas testemunhas que vão nos colocar efetivamente a verdade, que acredito que a maioria da verdade já está estampado neste relatório, há que se colocar, talvez desapassionadamente a questão da violência, da truculência e da premeditação da ação.

Quero estar junto com vocês até o final deste relatório para que concluamos de uma forma bastante positiva, acho que assim foi feito o nosso trabalho. E também dizer que não posso concordar, que quando se coloca o nome do Governo do Estado do Paraná como responsável, não podemos aceitar.

O Governo Federal, lá do alto do seu Palácio, apenas edita decretos e discursos, enquanto aqui, no Estado do Paraná, em outros Estados, os Estados precisam tomar as providências e precisam assumir o ônus das desapropriações que a justiça determina.

Então, na área federal precisamos agir com mais determinação para que esses conflitos se resolvam, porque numa vez, numa fazenda que declarada de atividade pública para fins de desapropriação, no mês de março de 95 até o mês de outubro, não há nenhuma manifestação, não há nenhuma agilidade nesse processo. O povo do Paraná, os trabalhadores, jamais têm condições de ficar aguardando tanto tempo na beira de uma estrada, esperando para trabalhar, para produzir e conseguir o seu sustento.

Gostaria de pedir aos companheiros que tive a honra de fazer parte nessa Comissão e que extraímos o relatório final após ouvir ainda as autoridades e em especial do fotógrafo que ali esteve, para dizer que não foi uma ação, que não deu direito às pessoas. E disse mais: assim que a polícia lançou as bombas de gás foram retribuídas as próprias bombas e ainda assim os coquetéis de molotov. Não satisfeitos com isso partiram para cima da polícia com foice, machado e facão e aí com cacete se fazer a própria defesa. Mas condeno de toda a forma, toda e qualquer tipo de violência que se faça com os trabalhadores e contra o ser humano.

Vamos buscar a verdade e, com certeza, esses depoimentos finais vão nos dar uma condição mais apropriada para definirmos o final deste relatório.

Muito obrigado.

O Sr. José Maria Ferreira - Deputado Vanhoni, primeiro quero trazer aqui ao conhecimento desta Casa e especialmente da

Mesa, pela lisura com que V. Exa. se portou diante da Comissão, colhendo todas as informações e fazendo com que todas as partes pudessem falar e pudessem dentro da Comissão emitir seus relatórios e as suas posições.

Foi para nós um momento de aberração enorme, quando vimos, Srs. Deputados, a situação do acampamento, os relatos das pessoas, das mulheres e de crianças inclusive que ali se encontravam no acampamento.

Um Governo que quer lutar para defender uma imagem de seriedade, de transparência, de respeito e de modernidade, não pode jamais permitir que um fato como aconteceu em Santa Isabel do Ivaí possa se reproduzir novamente no Paraná. E não adianta tentar esconder a verdade. A verdade está lá. A verdade está nos depoimentos trazidos pela Comissão. A verdade foi o excesso de autoridade e o excesso de força, ou melhor dizendo, contra quarenta e sete famílias ali acampadas.

Se nós, os paranaenses junto ao nosso Governo, entendemos resolver as questões sociais via Polícia Militar, via rombos de força, evidentemente, teremos grandes problemas no Paraná daqui para frente.

Por sorte e aí lhe digo, por felicidade do Governo Lerner não aconteceu um desastre maior, que poderia não só machucar o seu Governo, mas mancharia também a história do Governo do Paraná com mortes de gente que estavam indefesas naquele instante.

O Walmor Trentini coloca a questão que houve, a reação por parte dos sem-terra. É uma reação natural, é a polícia, é a autoridade, é a força policial que precisa estar preparada para enfrentar esses problemas e ali não estava, nem o comando e nem os seus superiores gerais, por isso esta Casa, em boa hora e com decisão sábia, constituiu esta Comissão e procurou trazer para dentro dela a discussão e que nós, a Comissão encaminha esta solicitação que possamos nos próximos, que não será o primeiro e nem será o último acampamento a ter que desocupar com certeza, mas que possamos ter um representante da Assembleia nesses momentos e que o decreto do Governo do Estado baixado pela Governadora interina, Sra. Emilia Belinati, possa ser respeitado, meu caro Deputado Antonio Belinati, porque segundo tenho conhecimento numa das primeiras interinidades a Governadora baixou um decreto em que teria forçosamente conhecimento e autorização do Executivo Estadual para que pudesse ter qualquer ação de despejo.

Isto não foi respeitado, porque tenho certeza e não quero fazer defesa de governo, mas o Governador Lerner não tinha conhecimento do que aconteceu, mas ele é

responsável enquanto autoridade maior e é esta responsabilidade que estamos cobrando do Governo por um todo e espero que esta seja uma lição para que nós que representamos aqui o Poder e para o próprio Governo que não mais caia nesta armadilha, depois tentar incriminar aqueles que participaram desses atos.

Espero que esse não seja o relatório final, que veio aqui com o título de relatório final, mas que tenhamos um relatório final exarado a partir de ouvir todos os depoimentos nesta Casa, porque aí sim, teremos a liberdade e a defesa daqueles que participaram desse evento trágico para a história do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. ANGELO VANHONI - Sr. Presidente, para concluir, gostaríamos de pedir o apoio da Assembleia para os requerimentos que estamos dando entrada hoje da convocação das respectivas autoridades e pessoas para virem depor diante do Plenário. Que não fique restrito somente a Comissão Especial, mas que a Assembleia tome o depoimento das autoridades convocadas.

Para isso estamos entrando com um requerimento hoje solicitando a convocação pelo Poder Legislativo e gostaria de fazer uma pequena observação ao Deputado Carlos Simões, moro num país e neste país moram pessoas.

O Sr. Leonel Brizola não é "peru de fora", Deputado Carlos Simões. O Sr. Leonel Brizola tem uma trajetória de dignidade na vida pública brasileira. O Sr. Leonel Brizola tem uma trajetória de sensibilidade social na vida pública brasileira.

É um homem que merece o respeito de todos os brasileiros de qualquer partido. Quero fazer aqui publicamente um desagravo às palavras que V. Exa. fez ao Sr. Leonel Brizola, não é do meu partido é uma figura pública de todos os brasileiros, pela sua história, pelos seu compromisso diante das causas populares do nosso país.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Kury) - Horário das Lideranças. PTB, PSDB, PPR, PP. (Declinam).

PDT. Com a palavra o Deputado Antonio Belinati.

O SR. ANTONIO BELINATI - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ouvimos com bastante atenção os diversos pronunciamentos nesta Casa, a respeito do lamentável episódio da Cidade de Santa Isabel do Ivaí, em nosso Estado.

Queremos felicitar os Deputados de todos os partidos que ocuparam a tribuna ou que deram apartes, enfatizando o repúdio, a condenação à violência.

Em nome do nosso Líder, Deputado Valdir Rossoni, em nome da Bancada do PDT, igualmente, Sr. Presidente, estamos neste momento na tribuna para fazer votos que não se repitam mais cenas tão chocantes como essa que a televisão mostrou.

Confesso aos Senhores que na hora do noticiário estava um pouco distraído atendendo um pessoal em minha casa, e quando a televisão começou a mostrar cenas de Santa Isabel do Ivaí, até imaginei que fosse algum crime, alguma novela, alguma cena de ficção. Lamentamos a violência ocorrida de ambos os lados e desejamos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que a palavra do Presidente Fernando Henrique Cardoso seja cumprida.

Li no final de semana uma reafirmação do compromisso do Presidente Fernando Henrique Cardoso, de que vai assentar até o final do mês que vem mais de 40 mil famílias num pedaço de terra para que elas possam como proprietárias plantar e sair do estado de miséria em que vivem.

Chego, Sr. Presidente, Srs. Deputados, até a desconfiar que a palavra do Presidente Fernando Henrique Cardoso vá se cumprir. Quer dizer, é muito fácil o Presidente fazer um discurso político como ele fez, falando para a plateia, falando para arrancar aplausos e esquecendo de dizer ao País que o problema de Reforma Agrária é competência do Governo Federal, e creio até Sr. Presidente, Srs. Deputados, que o ideal, sempre que houvesse ou que houver necessidade de mandar desocupar uma área invadida que não fosse utilizada a polícia militar, nem no Paraná e nem de Estado algum, que o próprio Governo Federal resolva ele próprio essa incumbência para evitar exatamente o que nós vivemos no Paraná. Quando a operação dá errado, o Presidente faz um belo discurso e sobe ainda no IBOPE, no GALLUP, no DATA FOLHA, e na pesquisa ainda a sua popularidade.

Ficamos triste, e o que nós vimos então foi a denúncia de ambos os lados e sobretudo o que nós ficamos também, Sr. Presidente, sem entender como é que estava ali traficantes de droga, fugitivo de penitenciária, gente expulsa da polícia usando pessoas inocentes, pessoas que alimentam o sonho de um pedaço de terra e que estavam sendo instrumentos nas mãos de alguns aproveitadores, como a própria Globo mostrou esses dias no próprio Estado de São Paulo, até vice-Prefeito utilizando os sem-terras como meio de ganhar dinheiro, corretor de imóvel, gente com dois caminhões, com trator, este não é o sem-terra, esse é o aproveitador, e certamente Sr. Presidente, Srs. Deputados, milhões de brasileiros que ainda sonham com um pedaço de terra vão ficar sem poder concretizar

este seu sonho porque serão vítimas de aproveitadores como esses que nós vimos.

É bom lembrar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que é uma verdadeira ofensa para os professores do Paraná, querer comparar o problema de Santa Isabel do Ivaí, com aquele movimento pacífico, respeitoso que os professores fizeram na porta do Palácio Iguazu, não me consta que na porta do Palácio Iguazu tivesse alguém infiltrado no meio dos professores que fosse fugitivo de penitenciária, que fosse professor expulso de polícia militar, que fosse empresário infiltrado no meio do movimento desses professores, eu acho que é uma comparação muito infeliz, bastante infeliz, inconveniente e inoportuno querer se comparar o nosso professor que apanhou, que sofreu todo tipo de violência no Palácio Iguazu com uma meia dúzia de elementos que não eram os sem-terras e que se infiltraram no meio daquela causa justa daquele povo de Santa Isabel do Ivaí.

Devo ressaltar que esta é a minha opinião, é do Deputado Algaci Túlio, é do Deputado Rossoni, e do Deputado Walmor Trentini, do Deputado Milton Puppio, de todos nós companheiros da Bancada do PDT, é a opinião nossa que aquele povo de Santa Isabel do Ivaí, merece sim, ganhar a sua terra ter o seu pedaço de terra, e é justo também que a gente clame aqui para que não haja infiltração nesse momento, para evitar, Senhor Presidente, Srs. Deputados, o que ocorreu com o próprio Governador Roberto Requião.

Era Prefeito de Londrina e acompanhei de perto o que aconteceu na minha própria cidade, em que a polícia também atirou em sem-terra, pôs fogo em barraco de sem-terra, houve conflito, houve até um policial ferido, e o Brasil inteiro mostrou a cena, em que o Governador Roberto Requião foi ao hospital Evangélico de Londrina, e foi levar a solidariedade ao policial que tinha entrado em conflito com os sem-terra da minha cidade.

Então esse é um problema é bom lembrar que não brotou agora, que não nasceu agora é um problema de anos, mas que se agrava neste momento, porque os sem-terras estão procurando a terra prometida pelo candidato Fernando Henrique Cardoso, a terra prometida, agora não mais pelo candidato, mas pelo já Presidente Fernando Henrique Cardoso. Mas, infelizmente o sem-terra agita, se pertuba, fica nervoso, porque já cansou de tanta discursaria do Presidente e de autoridades.

Mas, agora, Sr. Presidente, eu quero crer que a reforma agrária vai dar certo no Brasil. Esses dias houve uma grande festa, na grande cidade de Ribeirão Preto, o Presidente do INCRA, Sr. Grasiano, con-

vidou para diretor do INCRA, o Presidente da COHAB de Ribeirão Preto, que é uma liderança do Partido dos Trabalhadores, é uma liderança do PT, então pouca gente sabe, pouca gente percebeu esta notícia estampada nos órgãos de divulgação nacional, de que agora no comando do INCRA está o Senhor Grasiano, um homem do Partido dos Trabalhadores. E, quero crer que sendo esta também a plataforma do PT, que nós vamos ver em pouco tempo a solução dos conflitos, e o nosso sem-terra finalmente não tendo mais que enfrentar a polícia; a polícia não tendo mais que enfrentar os sem-terras, porque ele haverá de ganhar o solo prometido pelas nossas autoridades.

Só nos cabe aqui ressaltar os elogios que foram feitos à figura do Governador Leonel Brizola, que é do nosso PDT, a ressalva feita de maneira sábia pelo Deputado Romanelli, figura inteligente, carismática que ressaltou aqui a figura do Governador Jaime Lerner, mostrando, o próprio Deputado Romanelli que é um crítico contundente ao Governador Jaime Lerner, que a figura do Governador tem que ser preservada neste episódio, porque como a imprensa do país inteiro mostrou, o Governador Jaime Lerner tem se caracterizado como homem do diálogo e do entendimento, um homem que prega a paz e condena a violência, um homem que está dando exemplos para o Brasil, e já com repercussão até no exterior, da sua verdadeira e real preocupação com quem não tem terra, implantando aqui as vilas rurais em mais de duzentos municípios do nosso Estado. É evidente que ainda é pouco, a vila rural ainda é um projeto pequeno diante de milhares e milhares de famílias que querem terra para poder plantar, e poder se auto-sustentar.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, ao encerrar, queremos rogar a Deus, que doravante, daqui para frente, possamos ter um clima de profundo respeito entre as partes, que ao invés das bordoadas, das bombas, das agressões mútuas, nós possamos finalmente mostrar que no Paraná o problema do sem-terra será resolvido, através do clima de entendimento e do diálogo. E recebi há pouco, do ilustre Deputado Irineu Colombo, aqui o convite para esse simpósio que nós vamos ter na Assembléia Legislativa, e onde este problema da terra, do campo, será amplamente debatido pelas maiores autoridades do Paraná e do nosso País. Que esse seminário possa trazer uma luz, possa ser uma porta que se abra para que o Paraná encontre finalmente uma solução para esta gente humilde que merece todo o nosso respeito, porque eles querem terra, a terra existe também o compromisso do Governo. Que se cumpra o compromisso com o assentamento dessa gente, seja no Paraná, seja em todo o território brasileiro.

Vai se eliminando, Sr. Presidente Anibal Khury a ingerência desses malignos aproveitadores que usam os sem-terras como instrumento para seus interesses pessoais.

Que haja, portanto, Presidente Anibal Khury, o melhor caminho o caminho da paz em nosso Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Horário da Liderança do Governo.

Com a palavra o Sr. Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Gostaria de fazer inicialmente a leitura de um artigo de ontem do jornal "O Estado do Paraná" (Lê):

"Quando todos perdem

Que do conflito entre sem-terra e soldados reste a lição definitiva; violência sempre gera violência. Os trabalhadores perdem, as autoridades perdem, a sociedade perde. A luta pela conquista da terra não será vencida por ninguém se o preço for uma vida, não importa se do fazendeiro, da lavrador, do policial. Em Santa Isabel do Ivaí correu sangue, mas, graças a Deus, ninguém morreu. A polícia disparou nas pernas. Os colonos acertaram os soldados sem gravidade. Mas faltou pouco para se repetir aqui a tragédia acontecida em Cumbiara.

A questão agrária não pode ser tratada com displicência. O movimento dos sem-terra assume uma amplitude que exige ação rápida e eficaz do governo. Aqui no Paraná, temos registrados mais de trinta pontos de atritos entre proprietários e invasores de áreas. A questão é da competência da União, mas é a Justiça estadual que aprecia os casos e que requisita força policial para dar cumprimento às sentenças. Ao Estado não resta outra saída senão atender à ordem judicial. Ou ingressaremos no império da bagunça, de anarquia. Há que se reconhecer o esforço do Governo do Estado em evitar o emprego da força, preferindo, esgotar a última possibilidade de acordo entre as partes envolvidas. Na gestão passada, ocorreu confronto mais sério com a morte de policiais e lavradores; dentre eles o líder dos sem-terra, de nome Teixeira. Em Santa Isabel, os colonos resistiram à tropa e, como dissemos, a saia-rodada de balas foi para ferir, para derubar. Não se sabe de onde partiu o primeiro tiro, o primeiro coquetel molotov.

Outros problemas virão, com certeza. E não apenas no campo, já que aconteceram invasões também nas cidades"

Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós acompanhamos atentamente os pronunciamentos feitos aqui nesta tarde na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. Evidente-

mente tenta-se jogar a culpa em cima do governo do Estado, governo que tem pautado a sua atuação com lisura, com dignidade e com respeito ao ser humano, que não tem permitido a ação da violência, que tem esgotado até as últimas consequências, o diálogo no sentido de evitar fatos como o que ocorreu na cidade de Santa Isabel do Ivaí. Este governo tem preocupação com o sem-terra que tem demonstrado ao país inteiro, as soluções que tem tomado no sentido de achar espaços para os sem-terra, para dar condições de sobrevivência e aliás, eu peço até o testemunho àqueles que já foram lá no Pontal do Tigre, para ver o que é que é o exemplo do trato deste governo para com os sem-terra.

Não quero aqui e eu não terei tempo suficiente, Senhor Presidente, por isso me inscrevo para o grande expediente de amanhã para relatar vários fatos, para demonstrar várias ações feitas por este governo nestes primeiros dez meses de atuação, mas também é necessário que se diga aqui desta tribuna que, tenta-se fazer um cavalo de batalha em cima da situação de Santa Isabel do Ivaí, que nós também não concordamos com a violência de empregado, de ambas as partes. De ambas as partes, e bom que se diga, a Comissão que esteve lá não testemunhou, ao vivo, que é verdade que foram dados os tiros em quem já estava algemado.

A Comissão está faltando com a verdade quando fala, que crianças e mulheres foram agredidas, o que não é verdade. E esta Comissão, não fala da irresponsabilidade de alguns sem-terras que usa a criança e a mulher como escudo, para enfrentar a polícia mas têm atrás de si a enxada, a foice e até se for possível o machado.

Não quero aqui, Senhor Presidente e Senhores Deputados, antecipar nenhum resultado, mas esta Comissão já está condenando, esta Comissão já condenou os policiais e absolveu os sem-terras.

É preciso que se tenha calma, tranquilidade, porque não será dessa forma que se fará, o julgamento sem isenção de ânimos.

Não quero aqui, levantar fatos, já levantei na semana passada. O PT que tanto comenta, que tanto discute, tanto critica a ação do Governo do Estado, até hoje não respondeu a este Deputado, e eu fiz aqui a cobrança na semana passada.

Claro que uma coisa não tem nada haver com outra, mas é preciso lembrar, no Espírito Santo, a fuga foi o mínimo que pôde fazer, de policiais, de presos, matando policial militar.

Acabaram depois, atendendo a ordem, de um Secretário de Segurança, que é um General. E saíram na perseguição e abateram todos eles. Vou mais além disso, não podemos endeusar os sem-terras e condenar os

policiais militares.

É preciso a isenção de ânimos, para se levantar os fatos.

Peço a esta Comissão que tenha a devida tranquilidade. É bom lembrar, ainda, o caso do Teixeira, também Deputado Romaneli. Foi no governo do seu partido que três policiais...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está com a palavra o Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, acompanhei com muito tranquilidade, não interrompi nenhum dos companheiros que foi à tribuna, e peço agora a compreensão dos amigos.

Nós vamos, ainda, dialogar, debater este assunto, muitas e muitas vezes ainda, até a exaustão. Este Governo tem a devida tranquilidade, de procurar colocar as coisas nos pratos limpos.

Tenho certeza que o Governador Jaime Lerner já está tomando as providências, deve até formar uma Comissão de alto nível da sociedade paranaense, para acompanhar esses fatos, sem isenção de ânimos.

Três policiais foram mortos, Senhor Presidente e Senhores Deputados, no interior do Paraná, se não estou enganado em Campo Bonito.

No entanto, dias depois, os sem-terras evidentemente acabaram sofrendo uma baixa que foi o assassinato do líder Teixeira. Isso aconteceu em Governos passados. O policial morto e degolado no Rio Grande do Sul, em frente ao Palácio do Governo, uma ação de sem-terras. O mundo todo viu aquela cena terrível, que nós não queremos que aconteça nunca neste Paraná.

Em Curitiba, em várias invasões, aqui na Capital do Estado, nós tivemos a morte de um guarda civil, de um policial da guarda municipal, pela ação também, de invasores de áreas da Capital do Estado.

Então é preciso ter cuidado nessas análises. Quando? Há uns quatro anos atrás. Estamos todos nós, preocupados, eu também não estou satisfeito com o que aconteceu lá em Santa Isabel do Ivaí.

Sempre fui uma pessoa contrária à ação de arma, em qualquer tipo de conflito. O revólver é um perigo, até para o policial mais experiente. Quem dirá, para alguns policiais, que talvez, no afã de querer mostrar serviço, tenham até exagerado nessa ação.

Por isso, Senhor Presidente, é necessário ter calma e tranquilidade. Pode ter certeza que este Governo sério, este Governo voltado para as ações do ser humano, este Governo que está dando exemplo para o País, de que é possível, sim, resolver o problema dos sem-terra no Paraná; está dando soluções, vai dar as solu-

ções para os problemas dos sem-terra, dentro da sua possibilidade. Agora, é necessário evidentemente, que todos participemos nesta tentativa de resolver o problema.

Enquanto as coisas não forem resolvidas a nível nacional. O Paraná, o Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Pernambuco. Está lá Pernambuco agora com uma sequência de invasões também. São Paulo está aí com uma série impressionante de invasões de terras também.

Então, Senhor Presidente, dizer que este governo tenha toda a tranqüilidade, que não há necessidade de se convocar Secretário da Segurança Pública, ele virá, já antecipou isso para mim na sexta-feira, que está à disposição da Assembléia, que virá aqui espontaneamente, independente da sua convocação ou não e que certamente repito, mais uma vez, o Governo do Estado está tomando todas as medidas possíveis, não está de braços cruzados, não está apenas acompanhando ao longe os fatos, está determinando todas as ações necessárias no sentido de que, sejam apuradas todas as responsabilidades no que diz respeito aos fatos verificados em Santa Isabel do Ivaí.

Não vamos encobrir nada, não vamos esconder nada, porém também não vamos aceitar as críticas de maneira como estão sendo colocadas, as análises como estão sendo colocadas aqui nesta Casa, como já uma antecipação de condenação aos fatos verificados em Santa Isabel do Ivaí. É necessário saber até onde aquele coquetel molotov, até onde aquilo servia para eliminar, Deputado Romanelli, quando a fotografia do jornal o Diário do Noroeste, que foi estampado em todo o País, mostra que lá foi atirada do lado de lá dos sem-terra por cima dos policiais. É preciso analisar isso tudo.

Por isso, com muita tranqüilidade, com muita certeza de que as ações e as medidas serão tomadas pelo Governo do Estado. Nós temos a certeza de que esta Casa vai receber todas as explicações necessárias com relação aos fatos verificados em Santa Isabel do Ivaí.

Esse é o compromisso do Governo do Estado do Paraná, esse é o compromisso do nosso Partido, do PDT, que quer realmente tudo devidamente esclarecido.

Amanhã trarei mais informações, mais detalhes, para que possamos analisar com profundidade este assunto.

Deixo bem claro, mais uma vez, o Governador Jaime Lerner está bastante preocupado, tanto que já está formando uma comissão de alto nível, envolvendo a Ordem do Advogados do Brasil, envolvendo vários segmentos da sociedade paranaense para que acompanhem com tranqüilidade sem esta preocupação de já antecipadamente condenar

este ou aquele setor.

Se tivermos que condenar algum elemento do Governo, ele será condenado, não tenho a menor dúvida, mas se tivermos que condenar os sem-terras, também serão condenados.

É preciso que haja evidentemente esta lisura no trabalho, aquilo que, quem sabe, em Governos passados não tiveram a coragem de fazer, não tiveram a coragem de assumir, nós estamos assumindo evidentemente com toda a cautela e com todo o respeito.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,
com a presença de 46 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo Senhor Deputado Carlos Simões, constante do expediente, solicitando abono às suas faltas nas Sessões Plenárias do dia 14 do corrente mês, em função de tratar assuntos de interesse do Estado do Paraná e outra unidade da Federação. **A Diretoria Legislativa, para anotar.**

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Luiz Cláudio Romanelli, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Eduardo Trevisan, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Cezar Silvestri, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 028/95, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães, que declara de Utilidade Pública a "Casa da Terceira Idade Irmã Dulce", com sede e foro no Município de Ponta Grossa. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 260/95, de autoria do Deputado Renato Adur, que declara de Utilidade Pública o "Sindicato dos Trabalhadores na Movimentação de Mercadorias em Geral de Pitanga" (SINTMOP). Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.

Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 03

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 416/95, de autoria do Deputado Sâmis da Silva, que declara de Utilidade Pública a "Creche Nossa Senhora da Conceição", com sede e foro no Município de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 445/95, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 075/95, que aprova um crédito suplementar ao orçamento geral do Estado no valor de R\$ 355.212,00 (trezentos e cinquenta e cinco mil, duzentos e doze reais) ao vigente orçamento da Universidade Estadual de Londrina - UEL, conforme específica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. e C.F.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 447/95, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública o "Hospital Oswaldo Cruz", com sede e foro no Município de Teixeira Soares, Estado do Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 448/95, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública a "Associação Beneficente Renascer", com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem) - Enquanto V.Exa. encontra os requerimentos, gostaria de avisar os membros da Comissão de Tomada de Contas, que nós teremos uma reunião, agora às 17:00 horas, na Sala das Comissões.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Relatório final da Comissão Especial que foi à Santa Isabel do Ivaí.

O SR. CEZAR SILVESTRI (Pela Ordem) - O Deputado quando fez um aparte, Deputado do meu Partido, Deputado José Maria, relacionava que o relatório seria tirada a palavra "final", que antes de ser feito o relato final, seria ouvido o Secretário e também o Senhor Luiz Alberto Küster, que é o Diretor-Geral do DER.

Por esta razão, gostaríamos que V.Exa. tirasse a palavra "final" do relatório.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa,

antes de receber o relatório, convida os Senhores Deputados, autores do requerimento, que procedem à sua chancela.

Sobre a mesa, Requerimento n° 3384, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3385, de autoria do Senhor Deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3386, de autoria do Senhor Deputado Antonio Annibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3387, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 3390 a 3393, de autoria do Senhor Deputado Basílio Zanusso, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 3394 a 3395, de autoria do Senhor Deputado Beto Richa, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3397, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3398, de autoria do Senhor Deputado Péricles de Mello, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3400, de autoria do Senhor Deputado José Tavares, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3402, de autoria do Senhor Deputado Emerson Nerone, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Relatório n° 3403 assinado pelos Deputados: Ângelo Vanhoni, Luiz Cláudio Romanelli, Basílio Zanusso, José Maria Ferreira e Walmor Trentini. Relatório solicita também a convocação do Senhor Küster, Comandante da Operação, da Senhora Juíza de Direito da Comarca de Loanda, Elizabeth, do Senhor Juiz da Comarca de Santa Isabel.

Excluindo a convocação dos Juizes, a Mesa recebe o relatório, pois não é lícito nem permissível que se convoque membros do Poder Judiciário aqui na Assembléia.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - O senhor apenas está recebendo o Relatório, não é, Senhor Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Estou recebendo o Relatório e não podia ser de outra forma, com as assinaturas dos De-

putados Ângelo Vanhoni, José Maria Ferreira e Luiz Cláudio Romanelli.

O SR. VALMOR TRENTINI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, não assinei este Relatório em função da necessidade de ouvirmos ainda as pessoas que foram elencadas neste relatório, e aí sim, no relatório final constará a minha assinatura.

O SR. DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Estava observando, na Mesa, e vi que o Deputado Romanelli riscou a palavra final no relatório. Então, se tornou um relatório parcial e não final. Creio que daí, mesmo com a argumentação do Deputado Trentini - porque não é o relatório final da comissão - vamos ouvir as demais autoridades. Defendo o relatório.

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, na verdade queria dizer que até como relator o Deputado Valmor Trentini participou ativamente da elaboração deste relatório. Inclusive a ponderação que foi feita pelo Deputado Cezar Silvestri de retirar a expressão final do relatório. E esta comissão seguramente tem estado aterrorizada com os atos de violência, mas fundamentalmente quer apurar a verdade, única e exclusivamente isso.

Então, gostaria que o Deputado Valmor Trentini também assinasse este relatório, que obviamente é o relatório inicial que só será conclusivo após ouvida as autoridades que estamos solicitando à Mesa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O relatório está sobrestado até que se conclua o final.

À Comissão Executiva.

Requerimento n° 3404, de autoria dos Senhores Deputados Luiz Cláudio Romanelli e José Maria Ferreira, constante do expediente. **Em Discussão.**

Requerimento n° 3389, de autoria dos Senhores Deputados Luiz Cláudio Romanelli e Valmor Trentini, constante do expediente. **Em Discussão.**

Requerimento n° 3405, de autoria dos Senhores Deputados Luiz Cláudio Romanelli e José Maria Ferreira, constante do expediente. **Em Discussão.**

Requerimento n° 3388, de autoria dos Senhores Deputados Luiz Cláudio Romanelli,

José Maria Ferreira e Valmor Trentini, constante do expediente. **Em Discussão.**

Quanto à convocação do Capitão, se aprovado o Requerimento convocando o Secretário de Segurança, deverá vir acompanhado daqueles elementos que possam informar mais corretamente à Assembléia do Paraná.

Luiz Alberto Khüster, há uma rasura.

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI (Pela Ordem) - A rasura - Senhor Presidente, só para esclarecer à Mesa - é que regimentalmente há que se convocar o Secretário dos Transportes, como a minha assessoria havia nominado, e no caso especificamente nós estamos apenas convocando o Diretor-Geral do DER, na verdade era para que não constasse o nome do ex-Ministro Deni Lineu Schwartz do requerimento, apenas pela formalidade. Por isso foi rasurado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em discussão o requerimento convocando o Secretário de Segurança.

O SR. ALGACI TÚLIO - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Transfiro para amanhã.

A decisão do Capitão acompanha a decisão do Secretário de Segurança. O Senhor Luiz Alberto Khüster, se for convocado, terá que vir acompanhado do Secretário dos Transportes, Deni Schwartz.

Em discussão.

O SR. ALGACI TÚLIO - Para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O convite endereçado ao Senhor Dirceu Rodrigues será recebido após a decisão da Mesa sobre a convocação dessas autoridades.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão marcando outra para terça-feira, dia 14, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 406, 440, 441, 443, 444, 446, 457 e 467/95.

Levanta-se a sessão.